



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Associação Comercial da Lapa

DATA: 26/10/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 49ª audiência pública do ano de 2023. Boa noite a todos.

Estão presentes a Sra. Vereadora Sílvia da Bancada Feminista e os Srs. Vereadores Rodrigo Goulart, Fábio Riva, Paulo Frange e Rubinho Nunes.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline, pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 24 de outubro no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*; dia 21, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e dia 23, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Informo que as sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas pelo *hotsite* www.saopaulo.sp.leg.br/zonamento2023/audienciaspublicas.

As inscrições para pronunciamento estão abertas e ainda podem ser feitas junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Sr. Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça; Dr. Florisvaldo Fiorentino Jr., Defensor Público; Sr. Ismar Marcílio de Freitas Neto, Subprefeito da Lapa; Sr. Leonardo Casal Santos, Subprefeito de Pinheiros; Sr. Sidinei Couto Jr., Subprefeito do Butantã; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Registro a presença da Sra. Aline Cannataro de Figueiredo, da SMUL Deusó, convidando-a para fazer parte da Mesa. Também convido a Arquiteta Beatriz Messeder S. Jalbut, Coordenadora da Associação Comercial de São Paulo/ CPU – Coordenação de Política Urbana, a quem também convido para fazer parte a Mesa.

Agradeço ao Sr. Mário Martinelli, Superintendente Distrital da Sé e Distrital Oeste da Associação Comercial, pela gentileza em nos ceder o local e também por prestar à Câmara Municipal de São Paulo e à Comissão todo o apoio para que esta audiência fosse realizada.

Muito obrigado, Sr. Mário. Peço uma salva de palmas ao Sr. Mário.

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Apenas por uma questão de cortesia, eu anunciei os convidados, mas caso algum deles esteja presente, que se manifeste para que possamos apresentá-lo. (Pausa) Subprefeitos do Butantã e da Lapa, muito obrigado pela presença. Convido-os para fazerem parte da Mesa.

Passemos à pauta. Segunda audiência pública do PL 586/2023, Executivo, Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando a compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, Revisão Intermediária do Plano Diretor do Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências.

Neste momento, passados 15 minutos das inscrições, as encerramos.

Peço à Sra. Aline Cannataro para que faça a apresentação do Executivo sobre o projeto.

A SRA. ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO – Boa noite a todos. Eu sou Aline, Arquiteta da equipe de Deuso. Neste momento eu estou como coordenadora, substituindo a Daniella Richards, que é a atual coordenadora. Então, estou como coordenadora substituta.

Então, farei uma apresentação rápida, trazendo um pouco para vocês da estrutura da lei e dos principais temas abordados e, depois, passaremos a palavra à população, para que se manifeste.

- Oradora passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO – Para ficar claro o que motivou esta revisão da legislação. Primeiro, tivemos a revisão do PDE, do Plano Diretor, Lei nº 17.975, que foi promulgada agora em julho de 2023. Então, ela traz questões que precisam ser compatibilizadas na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Nós tínhamos já alguns ajustes que a equipe da Prefeitura já havia sinalizado que a

Lei precisaria contemplar. Já tínhamos até uma proposta de decreto para tratar de alguns ajustes da legislação, e também algumas lacunas decorrentes de uma ação direta de inconstitucionalidade. Então, essas são as principais motivações que levaram ao projeto de lei apresentado.

Então, só para vocês entenderem um minuto sobre a minuta que foi apresentada. Nós temos um capítulo com disposições preliminares. Há um capítulo específico que trata das questões relativas à compatibilização com o Plano Diretor. Um terceiro capítulo que trata dos ajustes da lei vigente. E o capítulo IV, que trata das disposições finais.

Agora, de forma concisa, eu vou trazer os principais temas que foram tratados neste PL. Primeiro foi feito um detalhamento de critérios para a revisão das zonas-eixos e inclusão de um mapa, matéria que havia sido endereçada pelo PDE. Foi feita a complementação da regulação das praças urbanas. Foi abordada a necessidade de atendimento da cota ambiental em casos de construção. Também foi abordada a não incidência de outorga onerosa do direito de construir para mudança de uso em processos de licenciamento no âmbito do Requalifica Centro ou naqueles aprovados anteriormente ao PDE de 2022. Foi feita a vedação da atividade de serviços de moradia para acesso ao incentivo de uso misto. A permissão do serviço público social de pequeno porte nas bordas das zonas especiais de preservação, da ZEP. Foi feito o esclarecimento quanto à definição de pavimento térreo. Foi abordado o atendimento alternativo da fachada ativa, beneficiada em lotes com mais de uma testada, vinculada à previsão de fruição pública. Foi feito um esclarecimento quanto à possibilidade de remembramento de lotes internamente às vilas, uma vez consultados os proprietários. Foi feita uma determinação de gabarito de altura máxima em função do subsolo aflorado, em complementação ao disposto na lei vigente. Foi feito um esclarecimento quanto à não sobreposição dos incentivos de fachada ativa e fruição pública. Foi incluída a questão da mobilidade aquática no grupo Infra I. Foi contemplada a ampliação de recuo de fundo em lotes de ZCOR-2, ZCOR-3, ZCOR-a, que se utilizem de majoração de gabarito. Foi demarcado uma ZOE em uma área militar do Ibirapuera. De forma geral, foram feitos esclarecimentos e ajustes para a aplicação da Lei de Parcelamento,

Uso e Ocupação do Solo. Foi proposto um reaproveitamento de outorga onerosa do direito de construir; um detalhamento da aplicação do incentivo para o uso da TDC - da Transferência do Direito de Construir - nos miolos de bairros estabelecidos pela alteração do PDE. Também foi abordada a reforma de bens imóveis representativos – ZEPEC-BIR – com declaração de potencial construtivo emitida. Foi feito um esclarecimento quanto à possibilidade de parcelamento do solo em áreas contaminadas, e este é um tema em decorrência da ação direta de inconstitucionalidade. Foi incluído o uso misto como polo gerador de tráfego. Houve um acréscimo de zonas com incentivos para hotéis. Houve um esclarecimento sobre os complexos de saúde, em decorrência de alteração do PDE também. Houve a possibilidade de remembramento de lotes menores que o exigido nas zonas. E, por fim, houve a dispensa de licença de funcionamento para Sandbox, conforme a Lei nº 17.879, de 2022, e o uso dos nRa.
(Pausa)

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

A SRA. ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO - É como se fossem incubadoras para o desenvolvimento de *startups*.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

A SRA. ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO – *Startup... Vocês sabem que todas as categorias estão dentro do decreto. No Decreto de Uso, nós temos as categorias por porte, de acordo com o CNAI e de acordo com as atividades. Então, sabendo que startups têm variáveis, as variáveis são de acordo com o decreto.*

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

A SRA. ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO – Eu vou pedir desculpas, mas eu acho que é importante respeitarmos o rito.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

A SRA. ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO – Então, eu vou passar a palavra de volta. Nós temos pessoas inscritas que vão poder se manifestar e, no momento correto...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Aline, eu gostaria de pedir para que, por

gentileza, conclua a apresentação. E...

A SRA. ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO – Está conclusa.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Então, passaremos aos inscritos e, depois, às respostas, como de praxe nas audiências públicas.

Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Passarei aos inscritos, lembrando a todos de que a audiência pública, mesmo externa, segue o padrão do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo. Portanto, o prazo para cada inscrito será de três minutos. Na oportunidade, ouviremos os inscritos, assim como foi na audiência pública do Plano Diretor, e, posteriormente, os Vereadores farão esclarecimentos sobre os temas levantados.

Início com o Sr. Flavio Scavasin, do Coletivo das Vilas Beatriz, Ida e Jataí.

O SR. FLAVIO SCAVASIN – Meu nome é Flavio Scavasin. Sou do Coletivo das Vilas Beatriz, Ida e Jataí, que chamamos de Vilas Beija.

Vou ler um texto, para caber no tempo de três minutos.

Vereadores, Subprefeitos, membros da Mesa e mesmo aos que não puderem vir, meus cumprimentos.

Caso houvesse projetos sustentáveis para moradias populares, estaríamos aqui aplaudindo. Mas as grandes edificações que estão sendo levantadas a toque de caixa, ainda pelo Zoneamento de 2016, não são para pessoas de menor renda. Como exemplo, um lançamento da Rua das Tabocas, na Vila Beatriz, prevê um condomínio de 14 mil reais por mês. Não há qualquer previsão de imóvel para a população de baixa renda, que é justamente a que mais precisa.

A rapidez com que a revisão do PDE e do Zoneamento vem ocorrendo, aliada ao enorme assédio das construtoras, que nos fazem lembrar da *blitzkrieg* - quando as forças alemãs nazistas utilizavam a tática de bombardeio relâmpago -, em poucas semanas sem que tivéssemos o direito de ter um plano de bairro, conforme exigido pelo PDE, a sua revisão...

(Palmas) A sua revisão foi concluída com audiências públicas *fakes*, com baixíssima participação e sem a aceitação de argumentos populares. E, agora, o Zoneamento está sendo concluído da mesma maneira.

Como bombardeio final, teremos ainda duas emendas, modificando quase tudo que estiver sendo discutido neste momento, piorando ainda mais o caos da cidade de São Paulo, com o aumento de impermeabilização; maior sombreamento, que prejudica as árvores; e redução das áreas verdes, de maneira geral. Teremos, ainda, uma emenda final, em 04 de dezembro, para votação em 07 de dezembro, apenas três dias depois, quando muitos já estarão em atividades extras ou mesmo em conagraçamento em função das proximidades de férias coletivas.

Os artigos 344, 345, 347 e 348 do PDE sabiamente estabeleceram a necessidade de o Zoneamento ser articulado com os planos regionais e os planos de bairro, o que não ocorreu. Tudo errado, do início ao fim. Se não formos ouvidos, deverá ser uma tragédia para a cidade e sua população.

Faço parte do Coletivo das Vilas Beatriz, Ida e Jataí, bairros da zona Oeste, que vem solicitar que, no processo de revisão da lei, ora em tramitação, se mantenham os perímetros e as características atualmente em vigor do nosso território, tanto para as atuais ZPRs – Zona Preferencialmente Residencial – como para os seus corredores, que passem pelo território.

Nossa solicitação está fundamentada em nossos recursos hídricos e topográficos, já que boa parte de nosso território é limitado pelo “espigão” – parte mais elevada das Ruas Cerro Corá e Heitor Penteado. Suas encostas abrigam um anfiteatro de nascentes que equivocadamente constam como eixo de estruturação urbana, mesmo estando em área de captação de água. Mesmo assim, fazemos as caminhadas das nascentes, com mais de 200 pessoas em cada uma dessas caminhadas, por um trajeto de 16 ou 19 nascentes em nosso bairro.

Lembramos que a construção de edifícios de grande porte, com garagens subterrâneas, afeta diretamente as nascentes e lençóis freáticos. Não podemos, como pessoas

conscientes da emergência climática, deixar que haja maior revitalização dessas regiões.

Nossos bairros estão localizados em uma região com declividade alta e média, com forte presença de área verde, cortada por...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por favor.

O SR. FLAVIO SCAVASIN – ...algumas em formato curvo e sinuoso.

Bom, deixe-me acabar.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É o tempo regimental, Sr. Flavio.

O SR. FLAVIO SCAVASIN – Bom, eu vou colocar aqui que, em 2016, nós fomos reconhecidos como ecobairro, e isso consta na Prefeitura.

Eu vou falar aqui que, desde 2017, nós já compostamos 53,5 toneladas de resíduos.

(Palmas)

Em 2021, fomos considerados...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Flavio, o seu tempo já acabou. Já passou um minuto e meio.

O SR. FLAVIO SCAVASIN – Só um minutinho, só um minutinho. Um consórcio com 360 universidades do mundo inteiro, como um dos três territórios mundo mais preocupados com a questão ambiental e com a saúde da população. (Palmas) Isso consta no site de Harvard.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Flavio, eu peço para que o senhor encerre. O senhor já excedeu dois minutos. Eu tenho algumas dezenas de pessoas para falar e eu tenho de cumprir o tempo regimental.

O SR. FLAVIO SCAVASIN – Então, só o finalzinho aqui. Todo o nosso material, demonstrando o que foi dito, será encaminhado a todos os Vereadores. Pedimos, portanto, que as ZPRs – Zona Preferencialmente Residencial – e seus corredores internos permaneçam com as mesmas características e perímetro estabelecidos pelo Zoneamento de 2016. Lembramos que uma revisão do Zoneamento também deve preservar o que havia de bom no Zoneamento anterior. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Informo ao público presente...

Sr. Flavio, agradeço pela explanação.

Eu informo que o prazo é regimental e é minha obrigação fazer cumprir. De minha vontade pessoal, eu excederia, porém, não é o padrão da Casa e eu tenho que cumprir.

- Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Então, eu informo ao público presente que eu vou cortar o microfone, caso excedam o tempo de forma proposital.

Convido, agora, o Sr. Maurício Ramos, da Aliança pela Água.

- Aplausos

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço à equipe para que solte o tempo.

O SR. MAURÍCIO RAMOS - A nossa placa aqui já diz tudo. Eu sou da Aliança pela Água, mas também sou morador da Vilas Beatriz, Ida e Jataí; sou consultor de segurança hídrica e tenho trabalhado com essa pauta já há muitos anos.

Complementando a fala do Flávio, o nosso Coletivo tem uma preocupação com as nossas nascentes. Esses eixos de estruturação urbana não poderiam seguir a mesma regra, porque eles deveriam respeitar a geomorfologia do terreno. Você não pode eleger uma área como eixo de estruturação urbana e liberar a construção de grandes empreendimentos na área de espigão, que é uma área de recarga, de contribuição, onde estão as nossas nascentes.

Então, quando não houver mais água para beber, vocês vão lembrar que dinheiro não se bebe. A gente tem que defender a água urbana. Água urbana em primeiro lugar. (Palmas).

Dinheiro não se bebe, então para que nós estamos dando licenciamento, matando as nossas nascentes e fazendo fundação nesse eixo de estruturação urbana? Para eles construírem nessas áreas, eles têm que aprofundar, fazer o alicerce, e eles estão bombeando a água suja com resíduo que vai para a galeria de água pluvial e que atinge o Córrego das Corujas. Infelizmente, matou o processo de córrego limpo e nós estamos matando os nossos recursos das águas urbanas.

Só uma coisa, Rubinho: em Dubai, ninguém está ligando para nascente urbana. E temos que prestar um pouco de atenção quando os outros falam, em respeito, também. (Palmas).

Então, o que precisamos hoje é cuidar de um recurso que iremos precisar daqui a 30 anos. Não adianta você ir buscar água no Cantareira, a 40 ou 50 quilômetros, perder 30% dessa água no bombeamento, pagar caríssimo na tarifa de água, enquanto a água está correndo nos nossos pés. Primeiro, precisamos cuidar da água que está aqui, das nossas nascentes. Não precisamos construir prédios dessa maneira. O rio não se muda de lugar; o prédio pode ser construído em outro lugar.

Temos que prestar atenção e construir a nossa cidade de uma maneira mais inteligente, porque nada substitui a água. Água é vida. Você consegue ficar 10 dias sem comer, mas não consegue ficar três dias sem tomar água.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra a Sra. Ivone Garcia, do Coletivo Vilas Beatriz, Ida e Jataí.

A SRA. IVONE GARCIA – Boa tarde. Eu gostaria de fazer algumas perguntas, na qualidade de cidadã detentora de direitos, além de moradora habitante das vilas, da cidade, do país e do planeta. A ONU estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. O objetivo nº 11 chama-se “cidades e comunidades sustentáveis” e é dividido em vários itens. E eu queria perguntar sobre a perspectiva do zoneamento em relação a esses objetivos: Quanto o zoneamento contribui para reduzir “impacto ambiental negativo per capita das cidades”, conforme o texto do objetivo? O que o zoneamento faz para “proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural”? Em que o zoneamento contribui para “garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível; e a serviços básicos, além de urbanizar as favelas? O que o zoneamento faz para proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros e inclusivos, acessíveis e verdes?

Segundo o Censo de 2022, São Paulo tem quase 590 mil imóveis particulares vazios. Isso representa um crescimento de 103% em relação ao Censo anterior. E, segundo o último levantamento municipal, temos quase 32 mil pessoas em situação de rua. Ou seja, quase 20 vezes o número de imóveis particulares desocupados do que o número de pessoas em situação

de rua. Isso, sem considerarmos que um imóvel pode abrigar mais de uma pessoa.

Os especialistas apontam que essa desocupação é devido à especulação imobiliária. Então, eu gostaria de perguntar como será esta cidade em 2030, após o zoneamento que vamos fazer este ano?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra a Sra. Isaura Leite, do Cades Pinheiros.

A SRA. ISAURA LEITE – Boa noite, gente. Eu queria que o Sr. Rubinho parasse de conversar e de olhar o celular para prestar atenção na minha fala, porque eu falo em nome de um grupo.

O projeto enviado pela Prefeitura não faz rodeios e trata majoritariamente do que interessa ao mercado imobiliário e financeiro. É uma proposta fraca, cheia de retrocessos e que passa longe de ser apenas uma adequação legislativa ao novo Plano Diretor, como afirma o Prefeito.

Entre muitas relações de direitos coletivos, destacamos a seguir cinco pontos críticos dessa primeira versão do PL, justamente com os artigos correspondentes: O projeto ignora as necessidades da periferia. É um projeto de lei para tratar dos assuntos do mercado, e não da população paulistana. Em toda a proposta enviada à Câmara Municipal, não há sequer uma menção de moradia popular e ZEIS – Zona Especial de Interesse Social. Não atenderam à população mais vulnerável da cidade, mas sim às grandes incorporadoras e construtoras, que venderam esses imóveis a preços exorbitantes. Vocês estão mexendo nessa questão fundiária crucial da cidade de São Paulo.

A ampliação dos benefícios ao mercado: a revisão do Plano Diretor aumentou, sob inúmeros protestos da população, de 600 para 700 metros o raio da zona dos eixos em torno das estações de metrô e trem. Nos corredores de ônibus, o tamanho desse raio subiu de 300 para 400. E dentro de áreas é muito mais barato construir, além de não existir limites específicos de altura de prédios.

Esta lei está muito abrangente, ela está contraditória, ela abre brechas para mexer em alturas de gabaritos; e não está clara, não está limitada, essa questão, usando o falso argumento de criar habitação para quem precisa. Está óbvio que o único interesse com essa medida é destruir territórios, expulsar seus atuais moradores e criar produtos imobiliários para especulação a altos preços.

Eu quero saber dos fundos que vêm do seu caminhão de dinheiro oferecer as casas à pessoa ludibriada que vai comprar e ficar milionária, ela vai conseguir morar nesse prédio? Ela vai conseguir comprar um imóvel desse prédio? Dá para fazer essa matemática? É tão difícil? Não é difícil.

O retrocesso em políticas ambientais: a proposta do Governo autoriza o funcionamento de comércios de alimentos para públicos de até 500 pessoas em Zonas Especiais de Proteção Ambiental – Zepam. Essas zonas são de proteção de territórios destinados à preservação.

Outro assunto seria a falsa preservação das vilas. As pessoas têm o direito de morar em vilas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Isaura, a senhora excedeu o tempo.

Tem a palavra a Sra. Maria de Fátima Cabral, do Instituto de Previdência do Butantã.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA CABRAL – Eu sou uma simples cidadã, sou moradora do Instituto de Previdência, no Butantã, e vim para entender, inicialmente, por que esta audiência está sendo feita em espaço particular? Hoje, de manhã, horário em que eu, trabalhadora, e meus colegas trabalhadores e outros que estão lá fora que não puderam comparecer, foi feita uma audiência num espaço enorme na Câmara.

Por que isso aqui não está sendo feito num espaço público? Existem vários locais para isso acontecer: escolas, Subprefeitura, Casa de Cultura. Eu não tenho nada contra a Associação Comercial, mas este é um evento público e este é um lugar particular.

Segunda coisa, além da adequação do local, horário, eu quero falar da manutenção das ZPRs e das ZERs; não porque é parte de uma população privilegiada, mas porque nós

somos o pulmão desta cidade. As ZPRs e as ZERs fornecem grande parte do oxigênio para toda a cidade, não apenas para a região onde nós moramos. Além disso, nós temos toda uma fauna resistente nas nossas regiões. Então, quero pedir a atenção dos Vereadores presentes para as nossas demandas.

Existe toda uma questão de circulação na cidade e o que temos visto é, cada vez mais, uma população mais pobre, da qual a maioria de nós não faz parte, sendo expulsa. E esses locais onde estão as nossas casas, que são o pulmão da cidade, vão abrigar prédios para a classe média alta. O prédio mais barato que tem hoje em torno da estação Butantã do Metrô é um apartamento de R\$ 1,8 milhão, e isso não é da população que precisa de habitação, é para classe média, para o investidor. Então, peço um olhar mais atento de vocês nesse sentido.

Aproveitar que o Subprefeito do Butantã está presente, e vejo a Guarda Civil aqui representada e cuidando possivelmente dos Vereadores, porque aqui é um patrimônio privado; quero dizer que lá onde eu moro temos duas escolas públicas municipais, porém não tem GCM. Então, eu gostaria de ouvir a resposta para essas três questões.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o Sr. João Pedro Rosin, Conselheiro de Saúde.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Primeiro, nunca vi uma discussão de Plano Diretor, Lei de Zoneamento, igual a essa. Eu participo desde a época da Prefeita Marta, quando a gente discutia por distrito com um mapa na mesa. Vocês estão dando um chapéu na gente? O que é isso?

Eu queria que o Dr. Paulo explicasse para todos o que acontece quando se entopem as artérias, que é o que está acontecendo no trânsito: sai todo mundo para lá e para cá. Vocês não pensam sobre a questão da insalubridade na cidade? Vai morrer todo mundo. A doença cardiorrespiratória é a que mais mata nesta cidade, e vocês são uns dos assassinos.

Silvinha, fica de olho nas ZEIS, porque essa turma quer tirar os pobres debaixo do prédio deles. Goulart, dá uma olhada na questão do espigão da Vila Madalena e da Vila Anglo.

É horrível, não tem condição. E uma coisa que vocês não colocaram: cadê o mapa? Está horrível.

Vocês querem enganar quem?

Outra questão, não mexa em um decibel sequer. Isso já deu briga, já deu confusão, bate-boca. Não mexa na questão das incomodidades.

E querem enganar a gente? Tudo bem. Mas ano que vem tem eleição.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o Sr. Ernesto Maeda, do CPM Butantã.

O SR. ERNESTO MAEDA – Boa noite, Srs. Vereadores, todos os presentes. Eu sou professor, sou do Conselho Participativo e também de diversos coletivos ambientais do Butantã.

A primeira coisa é reforçar a necessidade de ouvir a população. Não é qualquer coisa que está sendo votada. O que está sendo discutido aqui afeta diretamente a vida de toda a população. Então, a população tem o direito de participar.

Como disse o companheiro, essas reuniões eram por distrito, era para ter esse debate em todos os bairros pela cidade inteira. E os horários, são poucos os horários. Isso é não querer que tenha participação. Então, os Vereadores e a Câmara Municipal têm que ter o mínimo de sensibilidade e responsabilidade para ouvir a população, porque o que será decidido afetará a vida de toda a população.

Como já foi dito aqui também, infelizmente, o que está acontecendo e foi aprovado no PDE é favorecimento do interesse imobiliário. São prédios que não atendem a necessidade e a demanda da população que precisa de moradia. A construção está acontecendo de forma desordenada e falta o quê? Falta planejamento. Isso está na cidade inteira, mas nós, que moramos no Butantã – eu moro aqui no Rio Pequeno, enfrento a Raposo Tavares todos os dias – não anda. E estão construindo prédios, condomínios e mais prédios. Aí vão dizer: “Não, mas tem a linha marrom” – que é um projeto. Quer dizer, enquanto tem o projeto que vem não sei quando, tem uma construção desordenada.

Os senhores são representantes do povo, têm a responsabilidade de pensar junto

com o Executivo o planejamento da cidade. O que pedimos é um pouco de responsabilidade e sensibilidade para a sociedade. Não adianta chegar na época de eleição: “Não, é isso e aquilo”. O que o povo quer é atenção, ser ouvido. (Palmas) O que custa fazer audiência, no mínimo, por subprefeitura?

Sobre a questão de local, todas as subprefeituras têm diversos CEUs, auditórios imensos. Então, se vocês têm um pouco de sensibilidade e responsabilidade, minimamente, abram o debate de forma responsável, tá certo? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Ernesto.

Sr. Ernesto, eu vou antecipar a resposta, porque eu já vi que são dois questionamentos seguidos sobre o mesmo tema: as audiências públicas.

Sr. Ernesto, respondendo categoricamente ao senhor: são 30 audiências públicas realizadas na Comissão de Política Urbana. Seguindo o exemplo que implementamos de maneira inédita este ano, todas as comissões da Câmara realizarão audiências públicas. Ao final, teremos mais de 40 audiências públicas realizadas em toda a cidade. Cada Vereador, pelo menos na Comissão Política – os Vereadores que estão aqui, e não me deixam mentir – tem a prerrogativa de indicar as subprefeituras onde serão realizadas as audiências públicas de interesse deles. O Vereador Goulart vai indicar uma, duas, três; a Vereadora Silvia e o Vereador Riva, e, assim, sucessivamente.

Dito isso, ao final do debate, o campo da cidade vai ser coberto, não somente pela Comissão de Política Urbana, mas por todas as comissões, porque o meu intuito é que todos os Vereadores participem agora da construção do texto revisado, e não apenas do texto apresentado como substitutivo desta comissão. Ampliando o debate para os 55 Vereadores da Câmara, naturalmente, eu amplio a participação popular presencial, como acontece nesse momento.

Dito isso, ainda há uma recente decisão judicial, em um processo movido por um grupo, buscando suspender o debate da Lei de Zoneamento, porque visava suspender a tramitação da referida lei. Felizmente, mais uma vez, perderam na justiça. E é a terceira que isso

acontece este ano – olha que interessante também. E a decisão judicial dada pela magistrada – na minha leitura, como advogado, de forma muito arrazoada –, entende que o debate da forma como proposto, e amplo, atende os anseios da norma e de participação popular e transparência, principalmente porque há a possibilidade de participação pelo sistema virtual. (Vaias).

As demandas podem ser encaminhadas pelo *site* que eu li no início e também podem ser feitas por participações virtuais.

Eu estou buscando sanar este ponto que foi questionado por algumas pessoas, justamente para que os senhores não precisam mais criticar esse tema, caso queiram, e possam se ater a sugestões de alteração de zoneamento, de preservação de zoneamento, que é o nosso objetivo nesta audiência pública.

Espero ter sanado. Caso contrário, os senhores podem, naturalmente, reclamar. Está tudo bem.

Convido a Sra. Maria Beatriz R. A. Torres, do *Movimento Antes que a Vila Acabe*.

- Manifestação do público.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Use o microfone, por gentileza.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A senhora está passando mal.

Eu vou fazer o seguinte: eu vou chamar a Sra. Maju Imai, do Pró-Pinheiros, e aí a senhora retorna quando estiver melhor.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA BEATRIZ R. A. TORRES – Espere. Espere.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A senhora está bem?

A SRA. MARIA BEATRIZ R. A. TORRES – Eu estou bem, mas eu estou preocupada com os idosos numa sala sem ventilação, sem janela, sem ar condicionado. Por favor, respeitem os cidadãos e recebam cordialmente os munícipes que pagam os seus impostos e vêm aqui colaborar com a revisão. Por favor! (Palmas)

Por favor, não é justo isso, Sr. Rubinho, todos da Mesa.

Respeitem os munícipes!

- Manifestação do público.

A SRA. MARIA BEATRIZ R. A. TORRES – Boa noite para todos.

Beatriz Torres, Vila Madalena.

Eu gostaria de dizer que no Plano Diretor de 2014-16 foi feito um estudo e nós conseguimos retirar 20 quadras da ZEU. Esse estudo tirou porque havia alta declividade na Vila Madalena, nascentes e vilas, ruas estreitas. E agora nós pedimos que não haja inclusão de mais duas quadras da Vila Madalena, porque a Vila Madalena foi o primeiro lugar da cidade a ser mais especulada. Sofreu antes: em 2013, já estava todo o chão demarcado – e a *Folha de S.Paulo* fez matéria falando sobre isso. A Vila Madalena, hoje, que é um bairro considerado uns dos nove mais descolados do mundo, para onde vão turistas conhecer, vindo de fora direto para a Vila Madalena, está totalmente descaracterizado. Aí, na parte da ZEU está destruído. (Palmas) Quem vai à Vila vê que a Vila está descaracterizada e fica muito triste. Um trânsito infernal.

Hoje, para atravessar um quarteirão, abriu e fechou o farol quatro vezes, e eu não consegui passar, ficou parado. Então, nessa rua, que é uma rua estreita que leva para a Marginal, que é trânsito de passagem, já vão ter sete empreendimentos novos, consequência da ZEU anterior. Então, com mais sete empreendimentos de 30 andares... E já está impossível, porque é uma rua que tem duas escolas, com muitas pessoas, mais sete empreendimentos, e querem

colocar mais dois, é uma insanidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA BEATRIZ R. A. TORRES – Então, eu peço que não, pela alta declividade, porque é a parte alta, o espigão da cidade, porque os prédios fazem drenagem de água e tiram as águas que vão descer para os rios, porque a parte alta faz retenção de água na Vila Madalena. E na Vila Madalena tem enchente que arrasta carro, que a água vai lá para cima.

Tenham responsabilidade, meus senhores, nós estamos aqui colaborando nesta revisão. Tirem essas duas quadras da Vila Madalena, pelo amor de Deus, porque nós não aguentamos mais. (Palmas) Não aguentamos tanto trânsito. Os moradores que estão lá dizem que estão querendo ir embora porque está impraticável a Vila Madalena. É isso que vocês querem?

A filha da Xuxa comprou um apartamento de 14 milhões. Ela vai andar de metrô, a filha da Xuxa? Quatorze milhões. É só prédio de alto padrão.

Então, por favor, olhem para a Vila Madalena, para os bairros daqui e para as demandas de cada lugar.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Beatriz.

A SRA. MARIA BEATRIZ R. A. TORRES – Não se passa uma régua na cidade.

E a última coisa: o Haddad e o Nabil não foram reeleitos, a cidade não esqueceu o que eles votaram.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Maria Beatriz.

Tem a palavra a Sra. Maju Imai, do Pró-Pinheiros.

A SRA. MAJU IMAI – Boa noite, pessoal. Meu nome é Maju. Eu sou do Pró-Pinheiros.

Os mecanismos de participação da população estão muito inacessíveis. Vimos de um Participe+ que não funciona, tivemos oficinas nas quais não pudemos falar nada. Entramos

com vários projetos muito interessantes, todo mundo foi. E cadê os nossos projetos? Não foram anexados nessa proposta que a Prefeitura apresentou. Aí, a Prefeitura mostrou que teve que fazer uma série de conciliações, mas não nos explicou. É preciso ter mais transparência, para entendermos como foram aceitos ou desconsiderados os projetos votados pela população.

Com relação às ODS, que era um compromisso da Prefeitura, do setor imobiliário, são 17, mas 10 não são cumpridos. Não conseguimos trabalhar a erradicação da pobreza; saúde e bem-estar, todo mundo estressado; água limpa não vamos ter. Você está rindo, mas não vamos ter. Energia, trabalho decente, crescimento econômico, tudo está sendo desrespeitado. Inovação, infraestrutura, construir obras resilientes, isso não está acontecendo. Redução das desigualdades, também não. Cidade, comunidade sustentável, consumo e produção responsável, ação contra mudança global do clima?

Eu trabalho numa *startup* onde monitoramos clima. Eu monitoro o bairro de Pinheiros, a Lapa. E se o mundo está brigando para não chegar a dois graus, nós já temos temperaturas acima de dois graus da média histórica. A primeira quinzena de outubro deveria chegar a 25 graus, e tivemos um outubro de 27 graus; na segunda quinzena também. Já estamos tendo temperatura dois graus acima da média. (Palmas)

Paz, justiça, instituições eficientes, também não está tendo.

Escutamos uma apresentação à qual não temos nenhum acesso.

Todo mundo está falando do mapa. E cadê o mapa? Aquele mapinha todo borrado, que ninguém entende nada? Esse mapa tem que estar super nítido, tem que mostrar toda a rede de rios, de lençóis freáticos, de nascentes. (Palmas) Tem que sobrepor todas as construções sobre esse mapa. E também tem que agregar todas as árvores que foram retiradas. Aí vamos ter a dimensão da catástrofe que estamos fazendo com a nossa cidade.

O setor imobiliário gera fundos que podem ser investidos infinitamente, podem passar um Patrol na nossa cidade, mas quem vai viver nessa cidade, à sombra dessas... árvores, não, porque não temos mais, à sombra desses prédios, somos nós. Então, vocês deveriam pensar um pouco mais no cidadão.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra a Sra. Fabíola Lago, do Conselho Gestor do Parque da Previdência.

A SRA. FABÍOLA LAGO – Gente, eu queria, antes de mais nada, pedir mais uma vaia, porque existem 1,4 mil pessoas na zona Oeste e no Centro de São Paulo; e são 80 lugares aqui. Esse negócio foi divulgado nos dias 23.... (Vaias) Nos dias 23 e 24 foi publicado no jornal.

Queria dizer à querida arquiteta que apresentou aquele negócio: eu sou jornalista, e não consegui entender 20% do que foi exposto aqui. Se eu não consegui entender, eu vou querer falar de uma personagem chamada Lourdinha. Aliás, ela não é personagem, ela existe.

A Lourdinha é diarista em duas casas, trabalha seis dias por semana. Ela tem uma filha que trabalha num restaurante e chega todo dia uma e vinte da manhã. Foi o único emprego que ela conseguiu. Juntas, ganham três mil reais e sustentam dois netos. Ela não tem a menor condição de comprar um apartamento. Ela mora no Jardim Jaqueline, num espaço de 13 metros quadrados – ela, a filha e dois netos. Sabe quando ela vai ter direito a uma casa própria, a um aluguel sequer? Porque ela paga mil reais por esse espaço no bairro Jaqueline, em cima de uma boca de fumo. Ela vê os netos crescendo morrendo de medo de que um dia eles possam levar uma bala perdida porque vira e mexe tem batida policial. Não existe nenhum projeto nesta cidade para as Lourdinhas, para as milhares de Lourdinhas desta cidade. (Palmas) Elas não têm como estar aqui. (Palmas) Isso é um absurdo.

Temos uma linguagem absolutamente hermética – como a Maju falou antes –, não temos nenhum direito de saber do que se trata. Uma audiência pública ridícula, numa zona em que tem a Casa de Cultura do Butantã, em que tem “n” espaços públicos para mais de 500 pessoas, mil pessoas; mas coloca aqui. É um escárnio.

Eu queria dizer que o Sr. Rubinho é muito bonito. Eu olho para o senhor e lembro do Marco Feliciano. Eu acho que o senhor faz sobancelha e cabelo lá.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FABÍOLA LAGO – O escárnio é mesmo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FABÍOLA LAGO – Gente, é bom lembrar que esta cidade está sofrendo, sim, mudança climática. Uma senhora morreu em Moema, dentro do carro, de ataque de coração, porque ela não conseguia sair do carro, e o carro começou a boiar. Vemos enchentes, vemos o calor. Estamos vivendo extremos climáticos no Sul, no Nordeste. Vamos viver, e já estamos vivendo aqui, mudança de temperatura. Isso não é mais brincadeira. Isso é ciência. (Palmas) Se o senhor pensa que vai escapar disso, não vai, sua família não vai, seus herdeiros não vão.

A Lourdinha vota, nós votamos, precisamos votar pela cidade; boicotar essa audiência ridícula. E pedir mais participação popular. Precisamos de verdadeiras audiências públicas por bairros, por distritos, por rua, que seja, para que Lourdinhas e todos nós possamos participar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Reze, do Movimento Defenda São Paulo.

O SR. SÉRGIO REZE – Oi, gente. Boa noite.

Boa noite, Vereadores; boa noite, Silvia.

Eu vou tentar ser bem propositivo: vou elencar uma série de sugestões e propostas.

Eu fui conselheiro municipal de política urbana por duas gestões, entre 2014 e 2016. Portanto, eu acompanhei todo o processo da revisão do Plano Diretor anteriormente e do Zoneamento.

Eu não sei se o Vereador Paulo Frange foi embora, mas ele estava lá.

Gente, o número de audiências, e não somente o número, mas o tamanho do processo, a qualidade, estão muito inferiores ao processo anterior. Tínhamos reuniões localizadas, e nas primeiras reuniões o conteúdo era explicado.

Eu tenho certeza de que os técnicos das secretarias são superqualificados para falar, mas eles não têm tempo, porque a audiência tem um rito que não favorece a participação popular, vamos ser sinceros. (Palmas) Nós queremos um ritual que favoreça a participação.

Por que tem tanta gente nervosa e irritada aqui? Porque estamos cansados disso. Nós vimos e falamos, e nós não sabemos como o que falamos foi avaliado.

Tivemos cinco audiências públicas virtuais na etapa do Executivo. E sobre tudo que falamos lá, o Executivo não deu uma devolutiva técnica.

Então, o que eu peço, Goulart, Rubinho: precisamos ter audiências públicas nos locais. Nós, agora, estamos indo nas ruas, onde as pessoas vivem, porque vai afetar muito a nossa vida. As decisões de vocês que vão votar esse projeto vão afetar duramente a vida das pessoas. Duramente. E nós precisamos ter tempo para conversar. Esse cronograma político não serve à população. (Palmas). Estamos na maior cidade da América Latina; tem que dar o exemplo de democracia; tem o arcabouço legal. O ritual da Câmara não pode ser acima do Estatuto da Cidade. Vocês podem ter um pouco essa consciência. Teve uma senhora que queria falar. Por que é que ela não vai poder falar? Por causa de um ritual e de um Regimento. Isso não é participação popular. (Palmas).

Então, o meu pedido aqui... vai acabar o meu tempo e não vou poder falar do Butantã, mas vou deixar o pedido que a gente possa se manifestar.

A Associação Comercial que, gentilmente, cedeu esta sala – meu pai foi diretor por muitos anos da Associação Comercial. Eu respeito esta Casa. Como é que os comerciantes e empresários se sentiriam se a Associação Comercial organizasse um evento em que as pessoas tivessem que ficar em pé? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Sérgio, eu peço que o senhor conclua, por gentileza.

O SR. SÉRGIO REZE – Então, o meu pedido: vamos fazer audiências públicas com tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Sérgio.

A Sra. Jupira, moradora de Água Branca.

A SRA. JUPIRA CAUHY– Boa noite.

Vou ler um pedaço.

Pessoal, sou da Lapa. Como nós, da Lapa, gostaríamos de dar as boas-vindas a quem veio de Butantã e de Pinheiros para um lugar tão apertado.

Paulo Frange está aqui? Quem era da Comissão de Política Urbana – nós já realizamos, Vereadores, audiências públicas com mais de mil pessoas em auditórios. Então, talvez, quem organizou este evento não saiba, mas a própria Comissão de Política Urbana conhece. É um absurdo. Agradeço à Associação Comercial, mas é um absurdo realizar uma audiência pública de tamanha importância num lugar tão pequeno. E, na Lapa, há lugares maiores, assim como no Butantã e em Pinheiros.

Na linha do que outras pessoas falaram sobre o Plano de Ação Climática de São Paulo, nós temos um que diz que as decisões governamentais precisam considerar que o clima está mudando e essa variação impõe alterações no conhecimento disponível e nas práticas implementadas pela Prefeitura.

Entre as suas recomendações: as áreas verdes presentes no Município são relevantes para a biodiversidade e promove o aumento da permeabilidade, reduzindo os alagamentos e enchentes, contribuem para a manutenção das temperaturas mais amenas.

E como forma de evitar e minimizar a formação de ilhas de calor, recomenda-se o aumento das áreas verdes na cidade, aumentando o conforto térmico, humano, nas áreas urbanizadas.

Esse é o texto do nosso Plano de Ação Climática.

O que aconteceu no nosso território com a participação de alguns Vereadores que estão aqui? Uma praça com 488 árvores, dentre elas, árvores enormes e nativas, foi assassinada. Foram 300 árvores cortadas. Não foram transplantadas ou podadas. Para quê? Para construir um campo de futebol com grama sintética. Numa área alagável, inundável, com o parecer da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que dizia que essa praça era importante

para a permeabilização da região que é de inundação.

- Manifestação do público: “crime ambiental”.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Então, é importante que ... emenda parlamentar, sabe de quanto, gente? Quatro milhões de reais. Alguém tem a ideia do que são quatro milhões de reais?

Eu estou dizendo isso... (Pausa) A Subprefeitura Lapa tem um contrato. É uma emenda antiga. É para construir um CDC. Outras áreas verdes da Lapa estão sendo transformadas sem todo processo de consulta pública, sem processo legal.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por gentileza.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Já falei por três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sim.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Nossa, Vereador.

Bom, então. Desculpe-me, dois segundos. Acabei fazendo uma denúncia importante.

Gostaria de falar de mobilidade, porque nós temos um problema muito grave, mas vou cochichar no ouvido de alguém que fale por mim.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Jupira.

Caso haja alguma sugestão que não pode ser entregue, Sra. Jupira e todos os presentes, claro, tenho a certeza de que todos os Vereadores têm assessoria e ficariam felizes em receber as demandas não enviadas e, também, o *site* da Câmara que vou informar novamente para poderem encaminhar, endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audiencias-publicas. Esse domínio também pode receber qualquer sugestão que os senhores queiram encaminhar.

Dando prosseguimento, a Sra. Amanda Lecche, Conselheira de Saúde de pinheiros.

A SRA. AMANDA LECHE – Boa noite a todos. Eu me inscrevi para ser mais uma voz indignada e revoltada com essa situação.

Fui contemplada – e muito – por todos que me antecederam.

Vejo o nosso Subprefeito que esteve muito preocupado com os moradores de rua e

pediu para o Conselho pensar um projeto para atender essa população. Só que a população que mora nas ruas precisa de casa. É a primeira coisa.

A gente tem um território com alta densidade demográfica, com uma UBS pequenininha da purpurina. A gente está há dez anos pedindo mais uma UBS na região do Largo da Batata, porque há 700 mil trabalhadores na região fora os moradores e idosos. Vemos uma situação dramática.

A gente espera que a Prefeitura tenha alguma sensibilidade para pensar no futuro. Você não vai ter a sua idade a vida inteira. (Palmas) Você vai ficar velho; provavelmente, de repente, não vai continuar no cargo que está, com o salário que está. Quando você tiver 70-80 anos, não se sabe. Essa especulação imobiliária pode resultar, igual nos Estados Unidos, num bum em que todo mundo vai perder dinheiro porque não terá dinheiro para comprar, viver e sobreviver. E vou dizer - isso é particular meu – que a qualidade de vida já está uma porcaria porque, na minha rua, tem tanta construção que nem durmo direito. Você sabe o que é uma da manhã e estarem descarregando caçamba? Usando uma máquina dentro do prédio o dia inteiro e de noite o barulho de caminhão? É infernal. (Palmas)

E estou doando os meus trinta segundos para o colega que falou primeiro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Solange Melandis, da Sociedade Amigos Cidade Jardim.

A SRA. SOLANGE MELENDES – Boa noite a todos.

Eu quero me contrapor, um pouco, ao que o Vereador Rubinho Nunes falou com relação ao processo participativo.

Gente, estou de máscara porque estamos num lugar sem nenhuma ventilação e com essa quantidade de gente e sou uma idosa. Desculpem-me.

Bem, contradizendo o que ele disse sobre o processo participativo, só quero lembrar que, quando o projeto do Executivo estava no Participe Mais, eu queria saber, primeiro, onde foram parar as propostas que a gente colocou no Participe Mais e que nunca apareceram. Inclusive, na devolutiva. (Palmas) Só lembrando que, no Participe+, houve 920 sugestões numa

cidade com 12,3 milhões de habitantes. O número é insignificante. Fora isso, as propostas que a gente colocou jamais apareceram em lugar algum.

Agradeço a Associação, mas lamento o local em que está sendo feita esta audiência, uma vez que, no processo anterior, a gente fazia no CEU Butantã que ficava lotado. Aqui, além de ser pequeno, já que falamos tanto em eixos, é um lugar completamente inacessível. Qual o transporte público daqui? Nenhum. (Palmas)

Se fosse em outro local, eu creio que estaria muito mais cheio. Esta é a primeira oportunidade que a zona Oeste está tendo de ser ouvida presencialmente. A gente tem muito a dizer, mas o que eu sinto é que a gente diz, eles fazem que ouvem, mas não acatam. Essa é a verdade. (Palmas)

O que eu quero falar é da importância da manutenção das Zonas Estritamente Residenciais e da UTRs como pulmões verdes desta cidade no meio da crise climática que a gente está atravessando.

Quero falar em nome do bairro da Cidade Jardim e da sociedade que eu represento é que no nosso bairro nós não queremos mais ZCors. Nós queremos, inclusive, que as zonas corredores 2 e 3 sejam transformadas em ZCor 1, porque essas são zonas de transição e de proteção para as ZERs que são os pulmões verdes de toda cidade de São Paulo, inclusive, de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Solange, por gentileza.

A SRA. SOLANGE MELENDES – Estou concluindo.

Eu quero lembrar, ainda, que os planos regionais das subprefeituras estavam previstos no artigo 344, da Lei 16.050/2014, que esse instrumento, sim, é que permitiria um debate real sobre as demandas dos moradores, de suas regiões e o dos seus problemas. Acho que os Subprefeitos podem falar bem sobre isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Solange.

Antes que alguém gaste o seu tempo para criticar mais o local, eu, como Presidente da Comissão, peço desculpas. Eu concordo com os senhores, com as críticas e concordo que

está consideravelmente lotado. Não está adequado. Inclusive, já solicitei à Comissão que, na próxima audiência, seja escolhido um local mais amplo.

Sra. Maria Laura Fogaça.

A SRA. MARIA LAURA FOGAÇA – Bom, gente, boa noite. Eu represento a Sampauba, justamente, essa região em que nos encontramos, a qual também é uma ZER. Eu queria dizer que nós demolimos dois edifícios porque eles estavam contra as restrições contratuais. (Palmas)

Também quero falar que esses 78 lugares representam 0,0001% da população da região Oeste, não é da população de São Paulo. Então, a gente não pode conduzir um debate dessa maneira, porque nós queremos ser ouvidos. Parece que estamos aqui nos digladiando. Nós estamos aqui para sermos propositivos. Que parte que vocês entenderam que a cidade é nossa? (Palmas) Tudo isso que está acontecendo... vocês moram aqui. A questão da mobilidade e da retirada das árvores é muito importante.

Quando a gente fez a questão do rodízio, foi por causa de problema do pulmão que o Saldiva fez. Ele era um médico. Não é para melhorar a circulação da cidade. Então, nós vamos ficar enfermos, assim como a cidade está. Vai acontecer isso. Estou no mestrado. Está prevista uma bolha. Todos esses prédios vão cair. A cidade ficará morta. Haverá uma desvalorização imobiliária. É uma questão de imediatismo, e a gente não tem pressa de discutir. A gente quer discutir a cidade direito. Nós temos o direito de discutir a cidade. A cidade é nossa; não é de vocês. (Palmas)

Fora toda essa indignação com relação à participação social, a falta de termos um debate em que a população mais pobre tenha a possibilidade de participar. Não tem o Participe Mais, não tem as nossas devolutivas, eu, enquanto ZER, o nosso bairro é tombado, que ela continue ZER, que não tenha nenhuma ZCor, que todas as ZCors sejam mudadas para ZCor 1. (Palmas) Nós queremos o nosso bairro que é tombado, que tem a sua importância ambiental para a cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) –Muito obrigado, Sra. Maria Laura.

Sr. Alberto Martins, morador de Pinheiros.

Antes, só um momento, passo a presidência ao Vereador Rodrigo Goulart.

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. ALBERTO MARTINS – Pessoal, o Vereador Rubinho tem necessidade humanas que precisam ser respeitadas.

No fundo, esta reunião tem a ver com necessidades humanas. É isso que quero dizer.

Fico contente de ver a presença de todo mundo, a presença dos Vereadores, mas dizer, também, que deveriam estar muito contentes, alegres, porque tem gente que trabalhou o dia inteiro e está, espontaneamente, vindo aqui. É isso, no fundo, que dá sentido ao trabalho do Vereador. É o voto popular que os colocou como representantes do Poder Público e que dá sentido ao trabalho de vocês. A vida de gabinete é importante para traduzirem as demandas da população em políticas efetivas.

Então, se formos claros e sinceros, vocês tiverem recados importantes da população. Um deles, assim como o Vereador Rubinho reconheceu, com modéstia, que o local não estava adequado, o outro é que o tempo desse projeto não está adequado. Esse cronograma não é adequado. (Palmas) Ele está atropelando a cidadania que é o que São Paulo tem feito. A gente não precisa ser muito inteligente para ver que São Paulo tem feito isso, esse dano à cidadania, em todas as esferas em termos de saúde pública, de o estado de ânimos é um reflexo da cidade.

Vocês são os zeladores da cidade, e, por isso, deveriam estar agradecendo a população que está dando esses recados.

Além dessa questão do cronograma, da atenção que de pede, porque a gente, de fato, Vereadores Rubinho e Rodrigo, fica no vácuo, sem saber o quanto a Câmara está levando em conta as demandas da população. (Palmas)

É claro que tenho demandas específicas do meu bairro, mas mais importante do que as específicas do meu bairro, da Vila Beatriz, Vila Jatui e Vila Ida, são as demandas da cidade inteira. Não dá mais para você transformar as ZPRs em zonas liberadas; não dá para usar o

artifício dos corredores e liberar geral.

Está muito claro que o processo que se faz é de explorar a galinha dos ovos de ouro até o fim, até matar a galinha, é isso que está acontecendo nos bairros. A Dona Aparecida que estava ao meu lado, queria falar e não pode. Ela é professora aposentada da educação da Federal de São Carlos, passou a vida inteira lutando por isso e quis nos dizer uma coisa muito simples: eu moro na Pompéia, hoje vendem o bairro como um lugar agradável, mas o destruíram. Então vendem uma coisa que não é. Nós não queremos uma cidade *fake*, queremos uma cidade real e as pessoas reais estão aqui. E essa é só uma parte, é uma gotinha dos 1,8 milhão da zona Oeste. Então esse processo tem que ter mais atenção, vocês têm que ser sensíveis ao processo. Nós encontramos poucas vozes, alguns Vereadores têm sido sensíveis, mas vão ser procurados todos os Vereadores para ver aqueles que podem ouvir a nossa voz e ecoá-la. (Palmas)

Então eu vou encerrar com um último pedido, nem vou falar do mapa, mas vou pedir que as perguntas levantadas pela Ivone, quando elencou os objetivos da ONU, que sejam respondidas, todas as que ela levantou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Alberto. Convido a Sra. Helena Coelho moradora do entorno da Vila Madalena. (Pausa) A assessoria informou que a conexão caiu, pois quando fazemos reuniões externas não temos estrutura de transmissão tal qual de emissora, então acaba oscilando, mas isso não elide a participação popular porque nessas audiências não há inscritos *online*.

Sra. Helena, com a palavra.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. HELENA COELHO – Okay. Gente...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Prossiga, Sra. Helena. Eu peço, por gentileza, seja respeitoso com a Sra. Helena.

A SRA. HELENA COELHO – Situação estranha, Vereador, muito estranha.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. HELENA COELHO – Foi cortado, é isso? Foi cortado?

NÃO IDENTIFICADA - Nobres Vereadores, por favor, eu acho que não é justo continuar com este debate sendo que quem está de casa não pode acompanhar, foi impedido de acompanhar. Então, assim....

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Por favor, a senhora, não há possibilidade de ceder a terceiros. Eu peço, por favor...

NÃO IDENTIFICADA - Eu não retirei, eu pedi para ela...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Corta microfone dela, por favor.

A SRA. HELENA COELHO – Não, Vereador! No meu tempo...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Helena, acabou de voltar a transmissão, e eu peço, agora a Sra. Helena não vai falar.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu convido agora a Sra. Ana Paula Lima, do CPM Lapa.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A transmissão voltou, e os senhores não estão permitindo que a audiência ocorra. A transmissão está ativa, está no ar, e os senhores com essa falta de respeito tremenda não permitem que a audiência continue. Quando eu quiser falar, basta não falar!

Sra. Ana Paula Lima, do CPM – Conselho Participativo Municipal da Lapa. (Pausa)
Sra. Rosane Brancatelli, do Pró-Pinheiros. (Pausa) Ah, perdão, Sra. Ana Paula Lima, por gentileza. Não, ela renunciou ao tempo, a Sra. Ana Paula. A senhora renunciou ao tempo, há um minuto...

A SRA. ANA PAULA LIMA – Bem rápido, bem rápido...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A senhora havia...

A SRA. ANA PAULA LIMA – ... porque você não explicou...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A senhora está um pouco exaltada, peço

que se acalme. A senhora havia renunciado a seu tempo, eu vejo que a senhora voltou atrás.

A SRA. ANA PAULA – Voltei.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Houve um dissabor com o sistema *online*, que caiu, é uma conexão, acontece, Internet, voltou a conexão e como a senhora resolveu falar e a Ana Paula gentilmente permitiu que voltasse, eu agradeço, reestabeleço o tempo de 3 minutos da senhora.

A SRA HELENA COELHO – Vou falar rapidamente. Não sou urbanista, tenho muita dificuldade de entender as coisas que foram mostradas pela pessoa da Prefeitura, eu não compreendo os termos e acho esquisito falar de zoneamento sem ver mapa. Ver mapa para quem é leigo já é difícil localizar, sem mapa é uma coisa que fica muito conceitual para uma pessoa leiga como eu.

Eu moro numa rua na divisa dos bairros Vila Madalena e Sumarezinho, que costumava ser uma rua muito bonitinha, com características de cidade do interior. De 2016 para cá, essa rua que tem 600 metros de comprimento ganhou 11 edificações, duas das quais com 40 andares cada uma e uma delas com quadra de tênis, qualquer pessoa que passar na rua enxerga. Ou seja, tudo que o Plano Diretor preconizou é falácia, as pessoas que me antecederam já falaram porque para perto do metrô não foi para o povo. Na realidade, a gente está pagando um preço por uma coisa que não aconteceu.

Então o meu pleito, o pleito das pessoas que moram no entorno do metrô Vila Madalena, é nem mais uma quadra de ZEU, chega! O lugar está morrendo, chega de ZEU. São ruas estreitas, sinuosas, com fontes de água na superfície, não dá mais para ter prédio ali. Esse é o meu pleito, a minha proposição: chega, nenhuma quadra a mais de ZEU! (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Helena. Convido agora a Sra. Rosane... perdão. Convido agora a Sra. Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA LIMA – Boa noite, gente. Boa noite, Vereadores, Vereadora. Eu acho que seguindo o que a Dona Helena falou, os eixos que vocês propuseram aumentar, eu acho que não tinha esse espaço numa revisão, eu acho que vocês aumentaram e não sabe

baseado em quê. Aí entrando na produção imobiliária que o Plano Diretor propunha era HIS e HMP, e o que está acontecendo é que muitas dessas unidades estão sendo destinadas a pessoas fora da faixa de renda a que foram destinadas. Eu queria saber quando a Câmara dos Vereadores pediu alguma informação no tocante à destinação dessas unidades porque realmente não estão sendo destinadas corretamente às pessoas, e com a isenção SIURB perdeu 830 milhões de reais por causa de isenção que deu para os incorporadores. (Palmas)

Eu acho que você comentou na primeira audiência que houve na Câmara, aquela às 11:30h, que não havia propostas, que a população não trazia propostas. Aí eu pergunto para você se você acha que quando as pessoas trazem propostas e não têm devolutiva, elas vão acreditar que o que falarem vai ser ouvido? Além do mais, tudo que as pessoas falam, por exemplo, “eu quero que as nascentes sejam protegidas”, aí você tem que pensar o que significa essa proposta concreta, eu acho que dá para fazer. Mas se você quer que a pessoa traga “eu quero que no § 2º esteja escrito tal, tal, tal”, a gente vai fazer o seu trabalho. E acho que você consegue entender a demanda e transformá-la em alguma coisa concreta. (Palmas)

É uma pena que o Vereador Fabio Riva, acho que foi embora, eu não sei, eu sei que ele tem um trabalho muito legal com a Associação dos Trabalhadores Sem Terra, com a Dona Cleusa e com o Marcos. Eu queria perguntar se ele acha que ajudar uma associação de moradia a ter o direito à habitação, à regularização fundiária, se isso é suficiente quando ele alija outra população que tem direito de morar em lugares que tenham infraestrutura cultural, educação, saúde. E é isso que vocês estão fazendo quando aumentam os eixos, acabam não tendo controle algum do que o mercado imobiliário está fazendo quando coloca um HMP a venda e uma pessoa tem três unidades.

Acho então que a proposta, você disse que temos de trazer proposta: o eixo ativado tem que ser só o que está, só abrir mão quando souberem quantas unidades estão sendo destinadas erroneamente, ter controle disso porque, se não, não adianta. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Ana Paula. Sra. Rosanne Brancatelli do Pró-Pinheiros.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Boa noite, tudo bem Rubinho?

Muita gente já falou o que eu queria falar, então só vou confirmar a falácia desse projeto de construção nos eixos. Todos sabemos que os eixos de bairros consolidados não estão suprimindo moradia popular. Isso é fato, todos sabem, mas eles continuam e foi organizado o aumento dos eixos, e nós pedimos muito durante o PDE que isso não acontecesse porque é uma falácia e o MPSP já sabe, já sabe que os apartamentos comprados nesses eixos, com valor HMP ou HIS, foram comprados por investidores com contratos laranja. Isso está sendo investigado, você sabe disso, não essa cara de que você não sabe. Isso é um escândalo e o MPSP tem que se colocar. (Palmas) Os eixos não estão cumprindo a sua função para moradia popular. O Prefeito deu uma entrevista na Eldorado, disse que a população não entende a questão dos eixos porque se não construírem nos eixos vão ser invadidas as áreas de proteção ambiental. Quer dizer, ele colocou ou um ou outro. Nos eixos não tem moradia popular e nas áreas de proteção ambiental não é lugar para construir porque é preservação ambiental, a solução tem que ser outra. Por favor, eu acho que o Ministério Público tem que se colocar contra esse plano assassino da cidade, ele está destruindo a cidade. (Palmas) Não há moradia popular nos bairros consolidados, talvez nos eixos do subúrbio, talvez na Vila Prudente. Eu vi construções, fui pesquisar, mas precisamos ter atenção porque se é para construir moradia popular, ela não está sendo construída. Sabemos que esse é um erro lá de trás, do Haddad, de 2014. Só que a revisão era para consertar e não para aumentar o erro. Aumentar os eixos é aumentar o erro, não funciona, vocês sabem como está havendo destruição. Por que a gente tem que vender São Paulo para as construtoras? *Okay*, eles constroem a cidade? Quem constrói são os nordestinos, os incorporadores só estão lucrando, não estão fazendo uma cidade para todos, estão fazendo uma cidade para a classe média alta.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Rosanne, concluindo.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Desculpe, não consegui falar tudo, queria só observar, acho que escolheram esta sala pequena porque a participação social no Plano Diretor foi ínfima, então não esperavam que ia ter muita gente. Mas a zona Oeste, este pessoal daqui

se rebela e fala, é muito importante ter mais participação social. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Rosanne.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Eu estou aqui doente, deveria estar em casa, estou com problema seriíssimo, mas vim aqui porque é única, Rubinho, tem que ter mais audiências, não dá para ter uma só na zona Oeste! Olha quanta gente! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Rosanne, estimo suas melhoras. Vão ter mais audiências, espero que a senhora fique bem.

Sr. Francisco Brito, do Defenda São Paulo.

O SR. FRANCISCO BRITO – Boa noite, gente. Acreditando que está sendo transmitido *online*, vamos seguir. O Roberto Pompeu de Toledo escreveu dois livros *best sellers*, que são referências sobre São Paulo, vocês devem conhecer. O primeiro deles é *São Paulo Capital da Solidão*, que descreve a história da cidade até o final do sec. XIX, aquela aldeia garoenta que virou vila pouco populosa, contava 60 mil pessoas na virada do século. Em seguida lançou *São Paulo Capital da Vertigem* que cobre a história da cidade até a década de 70, aquela vertigem quando do crescimento, que sabemos como foi, e que gerou isso em que chegamos, no limite. Eu estou produzindo com Roberto um livro que se chama *São Paulo Capital do Limite*, e ter ultrapassado todos os limites fez com que hoje estejamos na UTI.

E os senhores, representantes do povo, supostos zeladores da cidade, em vez de invitarem esforços para recuperação da saúde através da busca incessante de qualidade de vida para a população, em vez disso os senhores e senhoras estão desligando os aparelhos. Vereadores e Vereadoras, vocês estão perpetrando uma eutanásia na cidade, estão condenando a cidade à morte. (Palmas)

Agora, vocês não enxergam isso de verdade? São insensíveis a esse ponto? Vocês estão açodando o processo com uma visão ignorante, egoísta e gananciosa, deixando-se conduzir por interesses nefastos dos que querem inocular mais doença em um tecido gangrenado. Só que não, não e não! Ainda dá tempo, gente! Escrevam seus nomes com letras de ouro no mármore da Câmara, não com letras de piche, suspendam esse processo e retomem

em outros moldes. (Palmas) Que moldes são esses? Audiências em todas as subprefeituras, análise detalhada das propostas apresentadas, devolutivas organizadas e consolidação da revisão no devido tempo. A pressa é inimiga da perfeição, esse simples ditado é verdadeiro, o mais verdadeiro dos ditados. Só a perfeição vai recuperar a cidade, cidade que está moribunda. Suspendam esse processo, não tenham vergonha de fazer o certo, ainda dá tempo, suspendam esse processo. Assinado: os defensores de São Paulo! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Sra. Laurita Sales, do Pró-Pinheiros.

A SRA. LAURITA SALLES – Boa noite. Eu acolho o que foi dito anteriormente, mas temos de fazer um *pot-pourri* para falar em três minutos. A nossa reivindicação de itens específicos tem umas 40 folhas, não tenho condição de falar em três minutos, mas de toda maneira, acho importante dizer que nós queremos planejamento urbano e não o planejamento da grana! (Palmas) Nós queremos o direito a cidade e que sejamos respeitados. Nesse sentido, muito resumidamente, é importante, necessário, torna-se óbvio pelo que aconteceu hoje, se faz necessário ter audiências nos distritos porque claro, um povaréu que vem de um monte de lugar, só da região Oeste não cabe aqui. Não dá para conversar nesses termos.

Outra coisa que tenho a lhes dizer, são algumas reivindicações específicas que nós enviaremos à Câmara, estaremos presentes, mas que se faz necessário dizer: ZEUs são uma tragédia, são realmente o planejamento da grana. E gostaria de não ver mais – como foi no PDE – cerca de 87% ou 70% de aderência às reivindicações do SECOVI, mas não sabemos onde estão as reivindicações da população. A população sabe o que quer, a população está vendo a tragédia que está acontecendo com a população de rua, com o chofer de táxi, com o cara do Uber, com os cidadãos.

Então nós precisamos não só ter audiências, mas um acolhimento do que falamos, porque não adianta só fazer teatro. (Palmas)

Isso posto, nós temos uma reivindicação que nós estamos escrevendo, sobre vilas, com detalhamentos: vilas, ruas estreitas, a instalação de microzonas pelo Art. 77 e outros, porque

é só na Lei de Zoneamento que se pode fazer. E também a questão de imóveis ou pequenos locais da Cidade que estão em tombamento possam se tornar ZPR, fique suspenso também enquanto o processo já está aberto e que possam se tornar depois.

Também aponto que existe uma contradição na questão de ruas estreitas, está mal redigido nos itens... nas ruas estreitas, vamos dizer assim, de oito metros e dez metros. Uma parte delas, elas são ao mesmo tempo ZPR e ao mesmo tempo Zona Mista.

E a outra coisa, então, solicitamos também... estou fazendo um resumo de cabeça, tinha tudo aqui, mas não dá. É que seja, para a melhor proteção, as ruas possam ser protegidas, as ruas com saída e sem saída. E não sejam só os lotes de frente, porque quando se fala que vai virar ZPR, que é muito importante essa conquista das vilas ou ruas, se for só lote de frente, um prédio votar a frente lá para a outra rua e não para a rua estreita, acabou. Então protege, mas não protege, então nós queremos proteção real. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Laurita.

Sr. Eduardo Fiora, do Fórum Social Leopoldina.

O SR. EDUARDO FIORA – Boa noite, vereadores, vereadora. Vocês podiam botar o endereço, por favor? Rua Baumann, 735.

Eliseu, você assinou o outro Plano Diretor, a outra Lei de Zoneamento, não é? Lá era nenhuma ZEIS a menos, não é isso? Então eu queria pedir que vocês verificassem o que está acontecendo nessa ZEIS. Está sendo construído um empreendimento que não é ZEIS, não tem nada, não tem habitação social; tem churrasqueira, piscina, sauna etc. É uma ZEIS, então queria que vocês vissem o que está acontecendo, que é importante.

E o pedido, na verdade a pergunta e um pedido em nome da Vila Leopoldina, é o seguinte: a Lei de Zoneamento, uma vez sancionada pelo Prefeito, tem vigência automática, no dia seguinte ela está valendo, ou tem algum decreto que tem que ser feito? Porque se ela valer no dia seguinte e alguém for protocolar um projeto imobiliário na Vila Leopoldina, vai valer o Zoneamento e não o PIU Arco Pinheiros que vocês precisam votar em segunda votação. Então o pedido é: votem esse projeto – aliás, é plano agora -, Plano de Intervenção Urbana, porque

senão a Leopoldina vai naufragar. Nós não podemos ficar com esse vazio, erguendo quatro vezes mais no eixo de 700m, com dinheiro indo para o Fundurb, em vez de ficar no território para cumprir a função de moradia e drenagem inviável.

Se tivesse mapa ficava mais fácil de localizar essa ZEIS, mas o pessoal pediu mapa, não tem mapa de nada aqui, infelizmente.

E já que a Câmara costuma condecorar cidadãos e cidadãs com Medalha Anchieta e Título de Cidadão Paulistano, eu acho que o ativismo de bairro, nós aqui, ativismo socioambiental, a gente devia cada um ganhar uma Medalha Anchieta, porque não é fácil estar aqui neste momento, discutindo o zoneamento da Cidade, numa cidade que neste momento, o Legislativo Municipal, Viaduto Jacareí, nº 100, está discutindo o Orçamento da Cidade e nós fomos convocados para audiência pública lá também. Então são dois processos, como é que a gente consegue participar? É muito difícil. Então eu acho que a gente merece Medalha Anchieta no peito, pela nossa participação aqui.

E a resposta se vale ou não o zoneamento e do PIU Arco Pinheiros, por favor vejam, porque a Leopoldina não pode naufragar com esse zoneamento que vai complicar ainda mais o que já está complicado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Eduardo.

Sr. Marcos Malta Campos, do Coletivo Beija.

O SR. MARCOS MALTA CAMPOS – Boa noite. Estou aqui com o Coletivo das Vilas Beija. Eu me sinto representado pelo que está sendo dito aqui e eu queria ceder o meu tempo para um dos meus colegas que queria fazer uma complementação, o Maurício...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Marcos, não é possível porque o tempo é personalíssimo à pessoa.

O SR. MARCOS MALTA CAMPOS – Como, personalíssimo? Eu estou aqui com um coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A pessoa se inscreve e a pessoa responde pela fala.

O SR. MARCOS MALTA CAMPOS – Mas eu disponho do meu tempo, Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não é regimentalmente possível.

- Manifestações na galeria.

O SR. MARCOS MALTA CAMPOS – Vereador, Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O senhor pode falar pelo tempo.

O SR. MARCOS MALTA CAMPOS – Eu posso passar o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não.

O SR. MARCOS MALTA CAMPOS – ...para outra pessoa, Vereador. Eu estou aqui com um coletivo.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O senhor não vai falar?

O SR. MARCOS MALTA CAMPOS – Não, não vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Então passemos ao próximo: Sra. Maria Stella Antoni, do Pró-Pinheiros.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O Regimento estabelece. Eu sinto muito, eu tenho que cumprir. Se eu não cumprir, eu entro em responsabilidade e eu não vou entrar em responsabilidade.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Maria Stella Antoni, do Pró-Pinheiros.

- Manifestações na galeria.

A SRA. MARIA STELLA WELKER ANTONI – Sou uma cidadã, eu entendo esse espaço que a gente está aqui, porque é um espaço insalubre, assim como o que vocês estão votando é insalubre. (Palmas) É uma cidade insalubre que está adoecendo não só a gente. Você é um cidadão, vocês são cidadãos. Uma audiência tem um sufixo que vem de áudio (*sic*), de escuta, e muitos de vocês talvez não estejam escutando, porque talvez já tenham perda auditiva devido aos decibéis a mais de uma cidade barulhenta. (Palmas) Talvez vocês já estejam

sofrendo. Você, Rubinho, que fica no celular, abaixado, talvez não esteja escutando, então talvez já seja um problema de saúde pública.

Quando a gente fala em saúde pública, a gente fala de meio ambiente e vocês fazem chacota com o meio ambiente, fazem chacota com as vilas, chacota com a gente pedindo árvores, isso tem tudo a ver com saúde. Ninguém vai conseguir envelhecer com saúde, e não é nem envelhecer. Vocês talvez tenham filhos, não sei se têm, mas é triste. Talvez se vocês tivessem...

Isso não é nem mais uma fala, porque a gente está falando para a gente aqui, não está falando para vocês, porque muitos de vocês não estão escutando. Alguns estão e a gente é muito grata, e a gente sabe em quem votou, em muita gente que está nessa mesa a gente votou e vai votar de novo. (Palmas) Mas muitos de vocês, tomara que não sejam eleitos, porque a gente está falando para a gente aqui, de novo, as mesmas coisas.

— Não é engraçado, Rubinho. O seu sorriso é um sorriso de... Não me incomoda, sabe por quê? Eu já sou mais velha, isso para mim é... Mas muita gente aqui se sente desrespeitada. Eu não me sinto, eu tenho pena de quem faz chacota. (Palmas) É muito triste que a gente esteja falando o óbvio, que eu tenho um profissional aqui da área das águas urbanas, eu tenho o pessoal da saúde pública, e vocês não escutam. E não é a primeira vez que a gente está falando isso.

Já que essa escuta não faz parte – uma sugestão, que tenho pouco tempo -, talvez se vocês chegarem em casa, olhares os pais de vocês, os filhos, os netos, quem for, não só aquele olhar de pai que chega em casa, paga boleto e passa a mãozinha na cabeça e acha que fez tudo, mas olhar, ver a saúde, quem está com câncer, quem está com problema no pulmão, quem está com perda auditiva, problema de saúde mental, que é saúde...

Numa cidade insalubre ter árvore não é luxo, ter solo permeável é não querer que um parente nosso morra afogado em pleno bairro de Moema. E eu não estou falando em detrimento das pessoas que morreram nas encostas. Isso é o que nos espera. Como disse o nosso colega, uma cidade que está morrendo. A gente não tem tempo para esse erro. Vocês

têm seres que virão.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Maria Stella, por gentileza.

A SRA. MARIA STELLA WELKER ANTONI – É triste, mas a gente não perde a esperança. A gente está aqui pela gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Maria Stella. Agradeço pela contribuição.

Sra. Lucila Lacrete, da Associação de Amigos do Jardim das Bandeiras.

A SRA. LUCILA LACRETA – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Boa noite, vereadores.

Eu sou arquiteta urbanista e eu comecei minha carreira em 1978 fazendo concurso público na Prefeitura. A Prefeitura daquela época era muito diferente da Prefeitura de agora, porque os projetos eram mais pensados e a população tinha outro tipo de relacionamento com seus gestores.

O que ocorre é o seguinte: em 2014 teve o Plano Diretor do Prefeito Haddad, que eu acho que foi o grande erro que esta cidade passou. Esses eixos de estruturação urbana são o antiplanejamento, porque eles não levam em consideração o solo, o subsolo, as águas, o sistema viário, os impactos que eles causam. (Palmas) Não só, vereadores, os impactos físicos como os impactos mentais. Todo mundo, tenho certeza, que está nesta sala está estressado por causa desse planejamento, ou melhor, antiplanejamento doente. (Palmas)

Outro dia, na Câmara, nós participamos de um simpósio promovido pela Vereadora Cris Monteiro, em que esteve presente uma sumidade, a Geógrafa Magda Lombardo, que estudou a Cidade desde 1985. Ela foi a primeira pessoa que definiu aqui as questões das ilhas de calor; em São Paulo, ela definiu as ilhas de calor, onde era mais quente, por que e onde era mais fresco. E naquela época ela levantou que a Cidade tinha uma diferença entre a área central e a periferia de dez graus; agora são 14 graus de diferença.

São Paulo está cada vez pior. São índices urbanísticos absolutamente

insustentáveis. E, como se não bastasse – vejam o paradoxo -, o metrô é o meio de transporte absolutamente bem-vindo, mas para nós ele é um pesadelo, porque ter uma estação de metrô num determinado bairro é um aniquilamento desse bairro por causa desse famigerado projeto, dessa proposta, que é absolutamente insustentável e que devasta toda a vida social, ambiental, arquitetônica, urbana desta cidade.

Nós temos que parar com esses eixos, vereadores. Nenhum quarteirão a mais de eixo de estruturação urbana tem que ser o nosso lema. (Palmas) Nenhum quarteirão a mais. Nós temos que parar com esse flagelo, e é um flagelo. Inclusive...

- Assume a presidência o Sr. George Hato.

O SR. PRESIDENTE (George Hato) – Para encerrar, Lucila, por favor.

A SRA. LUCILA LACRETA – Já está acabando?

Bom, nós estamos desobedecendo a Resolução Conama nº 1. Rapidinho, eu fiz a conta da área do eixo de 600m, dá 103 hectares; e do eixo de 700m dá 154 hectares. E nós tínhamos que fazer, de acordo com a Resolução Conama, estudo de impacto ambiental obrigatório para projetos urbanísticos acima de 100 hectares. O que São Paulo fez?

O SR. PRESIDENTE (George Hato) – Para encerrar, Lucila, por favor.

A SRA. LUCILA LACRETA – Nada, nada. (Palmas) Então estamos descumprindo uma legislação federal e temos que voltar.

Eu vou pedir para os senhores, por favor, devolvam esse projeto para o Executivo, devolvam. Esse projeto não tem conserto, vereadores. Eu sei o que eu estou falando. Nós precisamos devolver para que o projeto seja revisto e melhorado. Aliás, nem melhorado; joga fora e começa outro.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (George Hato) – Obrigado, Sra. Lucila.

Próximo inscrito, Rafael Sampaio, da Pedal Arquitetura.

Quero anunciar também para retirar o veículo Hyundai branco, GKD3486.

O SR. RAFAEL SAMPAIO – Boa noite.

Eu não sei ainda por que esta reunião, esta audiência continua. Sinceramente, eu estou aqui pasmo, porque eu acho que até Presidente da Comissão de Política Urbana – eu acho que é isso – representa exatamente como a gente está lidando com a gestão urbana participativa na cidade de São Paulo.

A gente não tem que usar a gestão urbana participativa para ficar coçando, querendo sair, ficando impaciente, não querendo ouvir o que os outros têm a dizer. Aqui tem muita gente muito mais técnica do que as pessoas que estão aqui. Aqui tem arquitetos, urbanistas, pessoas que estudam e que não estão sendo escutados. São pessoas que ficam falando para o vazio.

E a representatividade do que está acontecendo hoje neste espaço... Eu sou arquiteto urbanista. Isso aqui não tem condição nenhuma de atender as pessoas que estão aqui. Se você assumiu que aqui pode ter uma reunião dessas, você está muito enganado: não pode, isso é contra a lei. (Palmas)

E eu não escutei absolutamente nenhuma apresentação. Estou esperando a apresentação começar, não vi até agora. Eu estava querendo ver aqui, mostrou aqui a capa, só que não desenvolveu, não falaram mais nada. Falaram, leram um texto com algumas características que ninguém entendeu nada, e daí simplesmente falam que isso é gestão urbana participativa.

- Manifestações na galeria.

O SR. RAFAEL SAMPAIO – Não representa a gente e eu acho que não tem como passar, eu acho que isso é impossível de passar. Se alguém acha que tem essa possibilidade... Aqui a gente está na divisa do Fortunato Ferraz e do Tiburtino, dos dois córregos. Vocês sabiam que tem córregos passando aqui embaixo? Então realmente é um absurdo, gente.

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

O SR. RAFAEL SAMPAIO - Passar um pouquinho a palavra aqui para a Márcia...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu já disse e vou repetir, Sr. Rafael: não é possível transferir a palavra a terceiros.

- Manifestações na galeria.

A SRA. MÁRCIA – Boa noite...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Corta o microfone, por gentileza.

A SRA. MÁRCIA – Ele é democrático, esse senhor.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Democraticamente, corte o microfone, por gentileza.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou pedir que a senhora seja retirada, caso continue falando.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu não vou tolerar esse tipo de palhaçada na minha audiência pública. Se você quer transformar isso num circo, eu não vou figurar como palhaço no picadeiro.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou suspender a audiência pública para que as pessoas possam vaiar à vontade.

- Tumulto.

O SR. ELISEU GABRIEL – Olha, eu só quero dizer o seguinte. Está tudo errado? Está, mas eu acho que vamos tentar terminar a conversa aqui, porque está tudo errado, mas eu acho que vocês têm toda razão. Eu acho que o Rubinho precisava estar aqui para ouvir, a Câmara estar aqui para ouvir. Se é possível acalmar, vamos acalmar e vamos tentar concluir a reunião.

- Manifestações na galeria.

O SR. ELISEU GABRIEL – O problema é o seguinte, tem que sair desse impasse, não podemos ficar assim. Ou acaba, ou vamos continuar.

- Manifestações na galeria.

O SR. ELISEU GABRIEL – Não, não. Eu estou dizendo o seguinte: que todos temos que acalmar, vamos acalmar, vamos tentar conversar. Eu quero dizer o seguinte: tem muita coisa

errada, mas a gente tem que ver o que dá para salvar. É isso que tem que fazer.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu não vou pedir que a GCM a retire, eu vou permitir que a senhora continue, claro. Não é meu objetivo retirar ninguém de nenhuma audiência. Só que eu tenho o objetivo de fazer cumprir o Regimento e eu sou muito rigoroso quanto a isso. Se o orador que estava, o Sr. Rafael, quiser concluir, eu vou pedir que restabeleça o tempo de três minutos dele e o Sr. Rafael conclui. Agora, eu volto a dizer: não é possível ceder o tempo a terceiro.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Rafael, eu só peço... O Vereador Eliseu Gabriel quer fazer uma ponderação e eu vou ceder a palavra ao Vereador.

O SR. ELISEU GABRIEL – Como eu falei, tem muita coisa errada etc. Nós já participamos em 2014, em 2016, foi muito melhor o processo, foi muito mais democrático etc. Mas é o que nós temos para hoje, para hoje.

- Manifestação do público.

O SR. ELISEU GABRIEL – Nós vamos ter que mudar. Espere aí. Nós temos hoje isso aqui, nós vamos fazer outras audiências. Mas esta precisa acabar. Vamos tentar ver o que dá para salvar e mostrar para eles o que estamos pensando. É isso que tem que dizer. Mais um pouco e a gente termina. O que não pode é terminar em tumulto. É isso que eu quero dizer para vocês. Entenderam? (Palmas) Vamos tentar. Tem muita coisa para fazer, acho que tem coisa para salvar, embora o processo esteja muito pior do que foi em 2014 e 2016. É uma pena, mas vamos tentar ver o que dá para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Eliseu. Naturalmente, eu discordo frontalmente do senhor quanto ao projeto de 2014, mas respeito a opinião de V.Exa.

- Vaias.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O senhor tem a palavra.

O SR. RAFAEL SAMPAIO - Gente, é vergonhoso isso. Não é? É muito vergonhoso.

- Sr. Rafael repete o que a Sra. Márcia Crespo fala fora do microfone.

O SR. RAFAEL SAMPAIO - Eu gostaria de dizer. Meu nome é Márcia Crespo, eu sou do Coletivo Pompeia sem Medo, que faz um trabalho de audição, de escuta de todas as necessidades de nossa região, de uma maneira bem mais simpática e empática do que a gente recebe da mesa de alguns Vereadores. Principalmente representado pelo Presidente.

Eu gostaria de apontar duas obras só na nossa região, de que a Prefeitura, desde 2019, quer fazer piscinões de esgoto num monte de praças e de áreas verdes. Vai exatamente ao contrário do que todo mundo já falou aqui.

Por favor, escutem-nos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Rafael, achei criativo. Presto minha deferência à criatividade de vocês. Foi inteligente. Gostei, gostei.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Flora Bender, do Amapar e Previdência.

A SRA. FLORA BENDER – Boa noite. Eu queria dizer que eu quis ceder para uma doutora em educação, a Aparecida, mas, segundo o Vereador, é irregular como as construções da cidade. (Palmas)

Então eu queria dizer também, não quero politizar, mas politizando, que antes, quando estava cheio, eu me sentia na Faixa de Gaza.

Acontece mais uma coisa, várias pessoas mencionaram, ah, a idosa. Não gosto de ser idosa, eu sou velha. Sou velha mesmo. A menina para quem eu queria gravada também é velha. Ela me conhece desde 1800.

Isso posto, não é só o tamanho exíguo, parece que ninguém lê que está voltando a Covid a toda. Eu detesto máscara. Eu pus máscara antes para disfarçar as rugas, mas eu prefiro respirar e ter ruga.

Falando nos meus minutos que faltam. Eu sou da Amapar, nós fazemos parte de ¼ da cidade que tem verde, 4%. Fui para lá, criei meus filhos no verde, na goiabeira – que agora

está podre na frente da minha casa -, mas a gente queria um bairro verde.

Desculpe, eu fiquei excitada de mexer com ela -, mas a especulação imobiliária está comendo a gente pelas bordas já antes dessa nova lei. Você deve ter visto na TV que a Engetec está comendo até a borda do nosso parque. Tem saruê morrendo, eles estão cimentando as nascentes das águas, o que não poderia porque todo corredor onde estão fazendo isso embaixo estão os rios onde não se pode construir. Mas se passar isso aqui acabou. Bau, bau.

Por que eu fiquei cansada? Eu achei aquela moça tão nervosa, acabei ficando nervosa. É porque eu quis defender.

Eu queria dizer que vocês têm que ver antes de vir a Covid. Segundo vocês têm que ver antes que quem tem bunda quer sentar. Está todo mundo em pé, c*, com todo respeito.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Flora. Sr. Pedro Moura, assessor da Vereadora Luana Alves.

O SR. PEDRO MOURA – Boa tarde Sílvia, boa tarde Vereadores, boa tarde a todas e todos. Eu sou Pedro, assessor da Vereadora Luana Alves. (Palmas) Ela não pode estar presente, mas eu a represento.

Gostaria de dizer que ela vai seguir acompanhando este debate. A discussão sobre a Lei de Zoneamento e sob a mesma perspectiva que ela fez no PDE. Ou seja, nesse sentido, ela entende que a construção do espaço urbano, via de regra, é feita aumentando as desigualdades e perpetuando questões raciais estruturais.

Nesse sentido, ela se dispõe a dialogar com todos os movimentos. Acho que a população tem trazido, como trouxe hoje, diversas questões pertinentes sobre os impactos desta lei tanto em questões ambientais, como em questões de urbanização e de saúde pública também.

Portanto, acho que cabe aos mandatos acolherem as considerações e, de fato, refletir sobre elas para que possamos fazer uma lei que atenda às reais demandas da população, não às demandas do lucro. (Palmas)

Eu entendo, assim como a Vereadora, a perspectiva de alguns contrários a essas visões, mas há de se considerar e entender que a população está se manifestando e a gente deve escutar e, de fato, cumprir com o papel legislativo que nos cabe como Câmara Municipal dos Vereadores e Vereadoras.

Nesse sentido, eu gostaria que fosse explicitado não só a forma de consulta, através de sugestões como foi dito que seria pelo *site*, mas como que vão ser as formas de propostas de emendas populares para além dessas sugestões nos *sites* e que são feitas verbalmente. (Palmas)

Vai haver aqui hoje recolhimento de propostas para essas emendas na lei? Falo também e dialogo com os movimentos sociais presentes, que acompanham pela Rede Câmara São Paulo, que se mobilizem e compareçam à Câmara Municipal ocupando todos os gabinetes para levar esta discussão e pressionar para que a gente possa, de fato, conseguir isso. (Palmas)

Vai haver a votação e a gente precisa sensibilizar o máximo de Parlamentares possível. Tenho certeza que a Bancada do PSOL vai fazer e se movimentar para que a gente consiga também contribuir para essa sensibilização.

Para finalizar, sei que o senhor já falou da questão do local, pediu desculpas, mas eu preciso dizer, sob pena de ser responsabilizado também porque sou aqui representante da Vereadora Luana Alves.

Existe, realmente, uma placa com lotação máxima de 78 pessoas sentadas. Eu contei mais de 78 sentadas, fora as que estão em pé. Portanto, se são mais de 78 sentadas, o que se apresenta mais grave é o fato de que foi organizado sabendo que os números estariam acima da lotação do espaço.

A Rede Câmara São Paulo está registrando, a GCM já tirou foto, como tira em todos os eventos que promovem a segurança. Acho que cabe uma reflexão sobre o fato, porque é uma questão séria e nós precisamos, como autoridade, dar atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Pedro.

Quero pedir a atenção do público. O proprietário do Hyundai HB20, branco, GKD-

3486, por gentileza, se puder ir até o veículo, porque está tendo algum problema no estacionamento.

Chamo o Sr. Iran Borges de Carvalho, morador do Jardim Vera Cruz.

O SR. IRAN BORGES DE CARVALHO – Eu gostaria de parabenizar todos vocês que são moradores, assim como eu. Vou tentar ser o mais breve possível para que não haja nenhuma forma de tumulto.

Quero parabenizar a bancada, principalmente, vou dirigir a palavra imediatamente ao Sr. Rodrigo Goulart. Votei no pai dele, Antonio Goulart, companheiro. Por algumas vezes procurei o seu gabinete, mas não consegui ser atendido. Hoje, vim para poder vê-lo de frente, como médico veterinário, diante de um advogado, e querer saber quantos engenheiros compõem esta mesa? (Palmas) Quantos engenheiros?

Arthur Shopenhauer disse que nenhum homem deve libertar-se da sua sorte através da fuga, os cavalos conduzem o seu destino pela noite.

Aqui está uma frase que se houver uma interpretação teleológica, a partir desse momento, esqueci os meus óculos, mas aqui está dizendo: “E tu viste que derrubei aquele que ocupava este pedaço de terreno, afim de plantar esta árvore no seu lugar.”

Aceite, somos seres humanos, somos todos humanistas, assim como o Presidente da República está carregando dentro dele uma prótese.

Hans Jonas diz sobre o ponto de vista de ser humano.

Lá na Câmara eu tenho um representante deste ser humano que se chama Senival Moura. Obrigado, Senival.

Eu acho que a gente tem que olhar não para as edificações, a verticalização que ocorre em São Paulo é devastadora. Se na Faixa de Gaza hoje já morreram quase 9 mil pessoas, ao contrário da Ucrânia que a guerra já se estende há mais de dois anos, o número já se aproxima ao da Ucrânia.

Se compararmos com a guerra urbana das construtoras e incorporadoras que todos vocês conhecem. Todos vocês conhecem incorporadoras e construtoras. Cada um de vocês

conhecem. Cada um deles.

Agora quero ver vocês, quando você bate na porta de um Vereador de um gabinete e você ouve dizendo: qual é o seu nome? De onde você é? Quem você representa? Eu sou um ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por favor.

O SR. IRAN BORGES DE CARVALHO – Eu estou ameaçado por uma incorporadora, ao lado da minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por favor.

O SR. IRAN BORGES DE CARVALHO – Já vou terminar, Excelentíssimo Vereador.

Diante da minha casa ergueram um prédio de 25 andares. Imagine só as casas que estão isoladas, Rua dos Crisântemos, 63, lá na Vila Mariana, aqui Rua Barão de Bananal, eles cercam você. Na Vila Madalena, Rua Jericó, 213, na Rua Harmonia, 1.235.

Quanto você carrega em todos esses anos para construir a sua casa? E diante daquele monstro que é aquele prédio que se ergue diante de você e te oprime...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por favor. Por gentileza, o tempo já se esgotou.

O SR. IRAN BORGES DE CARVALHO – ...e te deixa uma pessoa idosa de quase 100 anos, ouvindo aquele barulho. Sr. Relator, eu estive lá e não consegui falar com o senhor por três vezes...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por favor.

O SR. IRAN BORGES DE CARVALHO – Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Iran. Chamo a Sra. Renata Esteves, advogada de associações de bairro.

Sr. Iran, depois o senhor pode falar com o Vereador.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Desculpe, Sra. Renata, a senhora tem a palavra. Peço ao público que, por gentileza, nós temos uma oradora no que seria a tribuna.

A SRA. RENATA ESTEVES – Boa noite a todos. Eu queria pedir atenção de todos, oferecer 10 segundos do meu tempo em atenção aos deficientes físicos, aos excluídos digitais, às pessoas que não têm condição física nem meios tecnológicos para participar da revisão da Lei do Zoneamento, como não tiveram também da revisão do Plano Diretor. (Palmas)

Aos deficientes físicos, especialmente, porque esta sala tem acesso por uma escada que impede totalmente o acesso deles. Eu gostaria de pedir 10 segundos de silêncio, com todos os senhores, de pé, em protesto e em atenção aos excluídos desta revisão.

- Manifestação do público durante a pausa de 10s.

A SRA. RENATA ESTEVES – Muito obrigada para todos. (Palmas)

Em seguida, eu quero dizer aos senhores que passo a passo o planejamento urbano de São Paulo vem destruindo a cidade. O primeiro passo foi na revisão do Plano Diretor, já agora neste ano, com a ampliação das áreas de influência dos eixos de estruturação urbana que dispensam comentários de destruição e retrocesso ambiental e social.

No segundo passo, na revisão da Lei do Zoneamento, vem a destruição das zonas exclusivamente residenciais e das zonas corredor. Em nome dessas associações desse tipo de bairro que representou 4% do território da cidade, nomeadamente: as associações do Jardim das Bandeiras, do Alto da Lapa, do Parque Previdência, da Vila Mariana, do Jardim dos Jacarandás, do Planalto Paulista, do Jardim da Saúde, da City Butantã e da Cidade Jardim, bairros dos quais eu sou procuradora constituída, porque sou advogada, faço os seguintes pedidos: essas associações não querem nenhuma alteração no perímetro das ZER existentes; não querem alteração de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo de ZER; não querem ZCOR 2 e ZCOR 3 em perímetro inferior de ZER; querem que a ZCOR 2 e ZCOR 3 regridam para ZCOR 1, sejam substituídas por ZCOR1; que nenhuma alteração de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo aconteçam em ZCOR; que nenhuma inclusão haja de novo uso para ZCOR e que as restrições contratuais de loteador sejam respeitadas em todas as zonas quanto mais restritivas.

Isso, para dizer para os senhores, que caso assim não seja...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por favor.

A SRA. RENATA ESTEVES – ...as zonas que são o pulmão verde da cidade estarão sendo destruídas, o que está na contramão dos objetivos de desenvolvimento sustentável que o Sr. Prefeito e os Srs. Vereadores escrevem que estão cumprindo – e não estão cumprindo. Isso é uma deslavada mentira para a população de São Paulo. Então, que não haja nenhum retrocesso ambiental ou social e nada mais de falsidade nesse processo, que está sendo totalmente desvirtuado para atender a interesses que não são da população e que não são para construir a cidade que as pessoas que aqui vivem querem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Renata. Sra. Renata, eu achei bastante bonitos os 10 segundos pelos excluídos e etc. Eu fico feliz que todo mundo tenha boas condições de locomoção, mas gostaria de lembrar o público presente de que quem precisar tem um elevador logo aqui, à esquerda, para acessibilidade.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Geisa Carneiro Monteiro dos Reis, moradora de Perdizes? (Pausa) Acho que não está no local. Sra. Caroline P. Constantino, moradora da Vila Anglo?

A SRA. CAROLINE P. CONSTANTINO – Boa noite.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A oradora está ali e o tempo está correndo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço que restituam o tempo da Sra. Caroline, porque o pessoal não a respeita. Então, eu gostaria que lhe restituíssem o tempo para que pudesse falar.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou suspender a sessão, para que ela dê o showzinho dela.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A advogada talvez tenha um problema de entender a legislação. Eu lamento muito, como advogado, também. O que eu posso fazer? Eu sugiro à colega que interprete a lei. Não, já que ela quer fazer a plateia...

A Sra. Caroline tem o tempo. Eu vou abrir. Se a senhora não se manifestar, vai dar por encerrado. Abra-se o tempo.

- Manifestação do público.

A SRA. CAROLINE P. CONSTANTINO – Eu sou médica. Eu sou trabalhadora do SUS. Eu moro em São Paulo – dessa vez, pela terceira vez – há 10 anos.

Eu fui contemplada muito pela fala de todas e todos, aqui. Acho que está todo mundo muito revoltado com a forma como isso está sendo tocado, a toque de caixa, porque eu acho muito absurdo ter 40 dias para você votar uma lei que determina cada centímetro de onde pisamos em São Paulo.

Já sabemos de inúmeros estudos que comprovam o benefício à saúde no contato com a natureza. Qualquer um, aqui, pode dar um Google e vai ver. Aumenta o sistema imunológico e melhora a qualidade de vida. O indivíduo se torna mais criativo, mais feliz, com mais bem-estar. O que isso tudo resume? Vamos desafogar o SUS, o sistema público de saúde. Vamos fazer com que, em vez de viver em uma selva de pedra, que já está bem impermeabilizada, as pessoas vivam em um ecobairro, um espaço onde vai haver água potável, onde vai haver acesso a saneamento. A cidade de São Paulo inteira não possui acesso a saneamento básico. Então, é extremamente importante essa lei ser vetada e parar onde ela está, porque isso vai só piorar a situação da saúde pública e da educação de São Paulo.

Mais de 50% da população de São Paulo querem ir embora daqui. Por que será? São dois motivos: insegurança e trânsito. O que isso vai fazer, quando colocamos um apartamento que custa 14 milhões, com cinco vagas de garagem, do lado do metrô da Vila Madalena? O que é que vocês estão fazendo?

Aí, a minha pergunta é: eu acho que vocês, do Poder Público, devem achar que nós

somos trouxas, no mínimo, porque o que se propõe aqui não está sendo discutido com a população.

Então, eu tenho uma proposta, já que ninguém traz proposta. Eu trago uma aqui: vamos, então, subdividir essas audiências. Cada Subprefeitura vai ter a sua, bem como dentro da Subprefeitura e dentro do subdistrito. Por quê? A Vila Anglo não é igual ao fundão da Raposo Tavares. Na Vila Anglo, vai sair um prédio de 266 unidades sem vaga de garagem. Aí, para onde esse povo vai? Onde esse povo vai estacionar? Quem conhece lá sabe muito bem que não cabem nem as casas que ali estão. Não cabe nem o pessoal passando, pois agora virou um bairro de transição, ali.

Então, minha proposta é esta: quer fazer o processo democrático, sério? Quer fazer com que a população seja ouvida? Aqui, na zona Oeste, são quase dois milhões de votos e sabemos que seis mil votos são suficientes para você não ser reeleito. Isso é o suficiente para ninguém ser reeleito. Então, temos de ouvir, sim, a população. Temos, sim, de chamar audiências subdivididas, chamar o povo para discutir. Sabem por quê? Eu não sou técnica. De tudo que aquela moça falou aqui, eu não entendi bulhufas. Então, a população tem de saber o que está acontecendo.

A minha proposta é esta: vamos fazer um negócio sério? Vamos. Então, vamos nos sentar e conversar com cada movimento de bairro, pois temos estudo de bairro pronto. Aqui, eu sei que há quatro, pelo menos. Então, é isso que se tem de fazer. Vamos subdividir. Esta é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Caroline. Sr. Eneides do Nascimento, o Dinho, da Associação Cultural do Morro do Querosene – São Paulo, Butantã?

O SR. ENEIDES DO NASCIMENTO – Boa noite a todos e a todes. Eu já fui contemplado, aqui. Houve muitas contemplações. Então, eu só vou tocar um pouco.

Para quem não sabe, o Morro do Querosene fica no Butantã. É Vila Pirajussara. Há colegas, aqui, parceiros. Nós estamos em casa, mas é uma coisa sub-humana o que estou vendo, aqui, também, porque até o pessoal da rua, que são os moradores, pessoas em situação

de rua, poderiam fazer uma audiência talvez mais agradável se eles tivessem teto.

Então, para quem são as ZEIS? É esta a interrogação que quero deixar. É claro que estamos em uma burocracia. Eu quase ia embora, por causa do problema, dessa coisa que falaram da saúde. Nós estamos aqui, com um problema de saúde, também. É saúde, meio ambiente e cultura.

Então, eu vou tocar, só, rapidinho. É só prestar atenção.

- Orador passa a tocar berimbau e cantar.

O SR. ENEIDES DO NASCIMENTO – Arranha-céu no morro, não! Parque da Fonte do Peabiru é fundamental.

- Orador passa a cantar, acompanhado do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Parabéns. Obrigado. Sra. Cecília Lotufo, das Vilas Beatriz, Ida e Jataí?

A SRA. CECÍLIA LOTUFO – Olá a todo mundo. Depois deste dia cheio de emoções, cheio de tristeza, de ver como as coisas estão, eu até tenho esta dificuldade, porque eu gosto de falar em público. Às vezes, gosto de representar as pessoas e, neste momento, eu estou representando as Vilas Beatriz, Ida e Jataí, mas eu tenho de dizer que eu estou triste com o que eu estou vendo. Eu estou triste por ver uma cidade se destruindo em todos os âmbitos.

Temos sonhado muito, como território. Nas Vilas “Beija”, que são as Vilas Beatriz, Ida e Jataí, sonhamos em ser um ecobairro. Sabemos que não vamos ser um ecobairro. Estamos em uma cidade consolidada, mas sonhamos com isso e construímos isso. Há muito tempo vimos construindo isso. Participamos ativamente de toda a discussão do Plano de Zoneamento antigo. Construímos um sonho que vai além do nosso território, embora tenhamos começado olhando para ele, mas, de repente, descobrimos que a cidade é cheia de rios, que a cidade tem relevo e que dá para se pensar a cidade a partir do seu relevo. Pensamos que, a partir do topo de montanha, temos um território. Depois, há as nascentes e as várzeas dos rios. Em cada faixa, temos diretrizes e construímos essas diretrizes. Eu gostaria muito de vir aqui hoje para sonhar

sobre uma São Paulo com diretrizes que vão muito além destas, das quais estamos falando e contra as quais estamos lutando. Eu queria lutar a favor.

Eu fiquei emocionada, agora, por conta do Dinho, que veio tocar e cantar, porque é disso que precisamos. Precisamos de amor, de afeto. Precisamos construir uma cidade humana, de olho no olho. Precisamos do miolo de bairro. O miolo de bairro é uma construção pró-cidade, porque ficamos questionando o lucro: “Ah, mas, não queremos o lucro.” Na real, queremos lucro. A pergunta é: lucro para quem? Queremos o lucro para a cidade.

No nosso território, construímos coisas lucrativas. Por exemplo, o Flavio citou, logo no começo, as 53,5 toneladas de resíduo que foram compostadas pela comunidade. No início, as pessoas falavam: “Nossa, essa galera é maluca? Está usando espaço público para compostar?” A Prefeitura não achava muito legal. Íamos como ativistas. De repente, a Loga nos chamou para discursar lá e falou: “Gente, isso é incrível. Vocês estão tirando lixo da cidade. Vocês estão compostando e produzindo insumo.” Assim, quando eu falo de sonho, eu estou falando de bairros que produzem, que constroem, que trazem novidade, que trazem capital para a cidade.

Estamos falando de capital – agora, financeiro, porque é o que é, mesmo, o que rege o capital das empreiteiras, principalmente –, mas nós nos esquecemos de falar do capital humano. Gente, olhem para cada um, aqui. Quantas pessoas incríveis estão nesta sala? Só vemos desrespeito.

Enfim, eu gostaria de pedir para vocês olharem com amor, com carinho, para esse Plano de Zoneamento. Comecem a pensar conosco em uma possibilidade de vida diferente da que temos hoje, aproveitando tudo o que temos aqui.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Cecília. Sr. Marcelo Magnani, munícipe?

O SR. MARCELO GODOY MAGNANI – Boa noite a todos. Acho que muitos, aqui, conhecem a minha pauta. Alguns já me conhecem. Eu fui conselheiro do Condephaat. Eu venho

em defesa do patrimônio histórico. Aqui, no bairro, na Lapa, representamos a União Fraternal. Sou diretor jurídico, lá. Tivemos, agora, o aniversário da Lapa. Quero, inclusive, dar os parabéns para todos os que são da Lapa. Houve uma festa incrível, lá. É um bairro importante da cidade. Quero dizer para vocês que nós estamos à disposição, também, para sediar alguma discussão de patrimônio, de política pública.

A grande questão é o entendimento de como vamos fazer para atingir uma cidade melhor. A preservação da cultura, da memória, é a preservação dos espaços de uso cultural. Esses espaços são aqueles em que conseguimos conviver e conversar a respeito da cidade. Então, cuidar do patrimônio é muito importante.

Eu venho para falar, primeiramente, que dois dos artigos do Plano Diretor, da revisão da Lei de Zoneamento, pioram a questão da utilização das transferências de potencial construtivo, que foram utilizadas para implantar os únicos dois parques e começar o Parque Linear do Itapaiuna. Enfim, alguma ferramenta tem de ser utilizada para fazer a compensação econômica, para que você consiga tirar a propriedade do privado e colocá-la para o público, até porque o Fundurb foi criado para isso. O Fundurb nada mais é do que a socialização do lucro da incorporação. Há um bilhão e 200, lá, gente. Precisamos pegar esse Fundurb e utilizá-lo para fazer parque linear e até para conservar o patrimônio histórico.

Assim, é difícil, para mim, estar aqui. Eu não sou arquiteto. Também não sou engenheiro. Sou advogado. Para respeitar a função que represento, que é de diretor jurídico da União Fraternal, eu venho de terno e gravata. Então, para aqueles que têm alguma dificuldade digo que estou de camisa azul, de gravata azul, de terno azul. Eu sou louro. Tenho 1,78m. Espero que as pessoas que também tenham dificuldade visual estejam assistindo a isso e que possam participar de uma cidade melhor. A acessibilidade é sempre importante, principalmente quando falamos de patrimônio histórico.

Em tudo, minha fala é muito voltada para aquilo em que eu acredito. Então, temos de ser severos nas nossas pautas, mas temos, também, de abrir o espaço. A Associação Comercial abriu o espaço. Não foi o suficiente. Vamos fazer outra. A União Fraternal está

disponível. Nós temos 400 lugares.

Quero dizer para vocês o seguinte: por pior que possa parecer, existe um espaço aqui e vocês estão falando. Não deve ser nada fácil se sentar na posição de quem está aqui, na frente, também, e tem ideias divergentes, mas temos de defender a nossa pauta até o final. Temos de agradecer por podermos vir aqui. Não é melhor a participação? Temos de participar mais.

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO GODOY MAGNANI – Então, todos têm de atuar em defesa da sua pauta.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço que o pessoal respeite o orador.

O SR. MARCELO GODOY MAGNANI – Só quero dizer para vocês: em 2017, a alteração era muito melhor para a minha pauta. Em 2020, a alteração era muito melhor para a minha pauta. Eu discuti em 2017. Discuti em 2020. Eu vou a todas as audiências públicas. Eu vou de terno e gravata.

Eu entendo a pauta de vocês. Eu compreendo a pauta de vocês. Eu vi a defesa do Pinheiros. Era obrigatório que o DPH estivesse aqui. O DPH, o PPH e os técnicos da SMUL também deveriam estar aqui. Eram eles que deveriam defender isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Marcelo. Sr. Pedro Santinho, do PT Lapa?

O SR. PEDRO SANTINHO – Boa noite a todos. Quero cumprimentar, na figura da minha antiga amiga, Vereadora Silvia da Bancada Feminista, toda a Mesa e os Vereadores presentes.

Acho que hoje pudemos ouvir grandes demandas de toda região que essa audiência veio discutir, mais do que isso, com certeza várias questões que envolvem toda cidade.

Precisamos lembrar que tem as questões todas locais, mas estamos discutindo a

cidade. Temos que considerar uma questão, de que os problemas de São Paulo não estão surgindo com esse Plano Diretor, tampouco com os planos anteriores. Meus pais vieram para cá no início dos anos 70. Meus sogros vieram para cá no final dos anos 50. Alguns vieram para o Itaim, quase Guarulhos e outros para depois do Rio Pequeno e a cidade já não era a cidade para o povo trabalhador da cidade de São Paulo. A questão é que a gente foi avançando em discussões e se antes era uma tragédia a construção da cidade, hoje, claramente, vemos que é uma farsa essa mudança de zoneamento conduzido pelo Vereador que está aqui presente. Ele não está preparando uma tragédia, ele prepara uma farsa. Tanto o Plano Diretor, quanto o Zoneamento são uma farsa.

Está certo o companheiro ali diz que a gente tem que melhorar um pouco. É o que a gente pode fazer. Na verdade, de 2016 para cá, muita coisa mudou para pior. Todos sabem. E a gente enterrou um pouco, desse passado, agora. E a gente vai ter que enterrar esse passado na cidade de São Paulo isso lá para frente. A gente tem que se preparar para isso, porque a gente não vai conseguir vencer só se enfrentando com esses vereadores que ouviram um Plano Diretor que é do Secovi. Não sei se vocês sabem, mas eu tive a oportunidade de estar em uma Conferência do Secovi com 20 arquitetos que viajaram o mundo conhecendo o melhor da arquitetura, quando foi apresentado um projeto em Manhattan, de que era proibido ter vaga, que não seja para cadeirantes, na garagem em Manhattan. E nenhum apartamento podia ser vendido para quem não tivesse 24 mil dólares de renda anual em Manhattan. Um senhor, na época, Presidente da Tecnisa, gritou assim: “não falem isso, que o prefeito da cidade vai ouvir.” Todos os arquitetos sabem de uma boa arquitetura, a questão é: a quem eles servem? Eu entendo todas as questões colocadas.

Quero encerrar dizendo que temos de discutir não é a demanda pela habitação, mas o déficit, a demanda daqueles que podem comprar uma habitação. Nós temos que atender o déficit habitacional na Vila dos Remédios onde as pessoas moram de aluguel e dizem que lá não tem demanda habitacional, mas eles vivem de aluguel. Nós temos que discutir uma lei de aluguéis que impeça a ampliação dos aluguéis porque isso implica no preço da Coca-Cola,

porque tem um bar para servir 600 mil trabalhadores que vão a Pinheiros. Lá é caro, porque tem especulação com o comércio. Se não discutirmos a cidade olhando para aqueles mais de cinco, seis milhões de pessoas que vem da periferia para cá trabalhar em Pinheiros, na Lapa nós nunca teremos uma cidade boa. E a cidade de São Paulo nunca vai ser uma eco sociedade que inclua, de verdade, todos aqueles que vem aqui nos servir, como foram meus pais, meus sogro e a minha família. Sem a gente olhar para isso tudo, não tem cidade, não tem quarteirão que sirva nenhum humano dessa cidade. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Pedro. Não havendo mais inscritos, passo a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Primeiro, eu queria começar agradecendo a cada um de vocês. Vocês mostraram uma insatisfação com o processo, senti que eu não estou sozinha. Eu fui a única que votou para que houvesse uma audiência pública por Subprefeitura. Lá na Câmara eu fui a única a votar, mas aqui eu vi que não sou a única que pensa dessa forma, que precisamos ter mais audiências públicas. Nós precisamos – Rubinho, Goulart - ter pelo menos mais uma neste território, uma no Butantã e uma em Pinheiros, para que seja, realmente, contemplado.

Quero falar de três coisas: Democracia; Habitação de Interesse Social; preservação da natureza, da memória e dos seres humanos.

Democracia. Democracia é o poder público próximo das pessoas e as pessoas próximas do poder público. Isso se faz levando esse poder público para os territórios. Por isso é mais importante você ter audiências públicas próximas das pessoas. Próximas, para que a Lurdinha possa participar, em horários compatíveis com a realidade da classe trabalhadora, para que possa participar das audiências públicas. A democracia, também, muita gente veio aqui e falou: não é só a quantidade de audiências, é que as audiências têm que ser realmente ouvidas pelos representantes e as propostas da maioria serem acatadas. No Plano Diretor a maioria das pessoas populares que vieram falaram contra os eixos. Contra a ampliação dos eixos. E o Plano Diretor foi exatamente a ampliação dos eixos. Isso não é democrático. Democrático é quando a

proposta da maioria é acatada pelos representantes povo. (Palmas)

Habitação de Interesse Social. Plano de revisão de Habitação de Interesse social não tem uma palavra neste plano de revisão de habitação de interesse social. Não tem ampliação da demarcação das ZEIS Sendo que, muito do que era para ser ZEIS foi surrupiado pelo mercado imobiliário. O endereço que o companheiro - acho que foi o Adalto veio aqui para gente averiguar - é um exemplo de áreas demarcadas de ZEIS que não foram construídas como ZEIS tiveram incentivos fiscais. Então a nossa proposta é que todas essas áreas que foram surrupiadadas pelo mercado imobiliário, têm que voltar a ser demarcadas como ZEIS. Proposta, que inclusive acho que tem sensibilidade do relator Rodrigo Goulart que defendeu as habitações de interesse social. Nós queremos mais demarcação de ZEIS nessa revisão do Plano Diretor.

Questão dos eixos. Eixos de estruturação urbana. Já se mostrou que a política de eixos não deu certo. Mais uma vez, não pela má fé de quem elaborou lá em 2014, mas o mercado imobiliário utilizou esta proposta a seu favor. Não construindo moradia para a população que precisa no Metrô, no corredor de ônibus, construindo moradia para quem tem muito dinheiro para pagar o metro quadrado mais caro da cidade de São Paulo. E essa proposta, infelizmente, a gente teve uma derrota com o Plano Diretor, aprovado esse ano, porque ampliou de 600 para 700. Mas dentro dessa revisão tem algo mais grave ainda: os eixos serão ativados, começou a obra de Metrô, começou a obra de corredor de ônibus, automaticamente serão ativados. Não vai esperar as obras de infraestrutura. Como você constrói um monte de prédio sem ter as obras de infraestrutura? Não pode. Isso tem que sair dessa revisão, desse projeto. Sabe por que gente? Eu vou dar um dado para vocês de uma coisa muito importante que a nossa equipe pesquisou. Dos empreendimentos licenciados nos eixos até 2021, das 121.359 unidades, apenas 22% foram HIS. E só 1% das coisas construídas nos eixos são HI1. Então é mentira que nos eixos constrói moradia popular. Eu sou a favor do seguinte: quer construir prédio em Pinheiros? Então tem que ter HIS-1. Quer construir nas vilas? Tem de ser HIS-1 para a população que ganha até três salários-mínimos e precisa do Metrô. Por que senão é favorecer o mercado imobiliário que vai construir apartamentos de 14 milhões com quatro vagas de garagem perto do Metrô. Não dá

para admitir uma coisa dessa.

Por último, sobre a questão da preservação, tem uma coisa grave aqui no projeto que é a liberação nas áreas de ZEPAM que são de parques e represas, a liberação de comércio de alimentação para 500 pessoas.

Querem transformar parques em shopping, em praça de alimentação, shopping center. Não podemos admitir isso. Hoje já tem pequenos comércios. Até 100 pessoas, ok. Mas 500 pessoas. O que? Vai fazer McDonald's para 500 pessoas na beira da Guarapiranga? Na beira da Represa, gente? Ou na beira do parque? Não dá. Isso aqui tem que sair.

Eu falei de três coisas, mas tem mais coisa que eu gostaria de falar. Não vou ocupar mais o tempo de você, eu só queria mesmo dizer que esta audiência pública, apesar do espaço pequeno, provou que a população quer participar, sim. Se a população quer participar, nós queremos mais audiências públicas. Aqui nesse território, precisa ter, pelo menos, mais uma no Butantã e em Pinheiros. É isso. Obrigada! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia. Concordo com HIS Pinheiros, só me preocupo com o IPTU.

Com a palavra Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Boa noite. Primeira coisa, quando eu falei aqui quem participou do Plano Diretor de 2014 e do Zoneamento de 2016, de o quanto nós mobilizamos e quanta coisa foi conseguida. Foi uma participação muito mais - o Goulart já estava lá? Não estava. Em 2014, embora não tenha sido real, houve tempo. O tempo de uma audiência para outra, para estudar. Nos territórios havia reuniões incríveis com tempo. Anotava-se propostas escritas e eram enviadas para o relator. Por causa disso muita coisa não piorou, do que deveria piorar. A Lucila falou uma coisa que dá arrepio, quando tem uma estação de Metrô nova, né? Aqui em Cerro Corá vai ter uma estação nova e já dá arrepio. Vão começar a construir, derrubar tudo, antes de pensar em fazer a construção. Não é isso? É um absurdo. É tudo feito sem nenhum tipo de estudo de impacto ambiental. Faz e pronto. Estamos na absoluta contramão do que está o mundo. Na absoluta contramão. A ideia do adensamento tem alguma lógica. O que

estão fazendo não é adensamento, é ativo financeiro que está sendo feito. Não está adensando nada. O mais engraçado, o governo, quem faz o Metrô? É o dinheiro público, né? Depois faz concessão, festas todas aí, dinheiro público. Então se tem um investimento público numa área, esse investimento que tem aqui é para facilitar a vida da maioria. De quem não tem carro, favorecer, aproximar do emprego, do trabalho, dos bens culturais. As pessoas que não têm carro, tem dificuldades econômica. Então o que faz? Há incentivo para construir lá perto. Mas incentivo para quê? Para construir prédio para gente rica. É inacreditável. É exatamente o oposto. Se você tem um investimento público, aquele dinheiro público que foi lá, é para facilitar a maioria e não o mercado. O mercado que está lá construindo prédios para pessoas mais ricas.

Tem, inclusive, uma propaganda de uma construtora – vi agora no rádio, na TV, não vou dizer o nome, senão vão me processar – “Agora perto do Metrô você vai poder ter apartamento com duas garagens. Você vai ter um apartamento que vai poder fazer isso, fazer aquilo...” Vocês não viram isso? É a cara de pau, na nossa cara. Vão ter incentivo para fazer isso. Construir mais, pode não sei quantas vezes a área, fazer não sei o que, a outorga é menor. Sabem como alguns estão fazendo? Fazem puxadinho com alguns apartamentinhos pequenininhos para fingir que estão cumprindo a lei, como estão fazendo em Pinheiros aos montes. Além de tudo, não tem fiscalização. É um absurdo o que está acontecendo. Então lamento muito que o processo foi esse. A correlação de forças na Câmara não é favorável ao que aconteceu em 2014/2016. Piorou muito. As pessoas estão menos ligadas a esse problema.

Infelizmente, quem dá o tom não é a população. Eu acho absurdo, mas temos algumas coisas a tratar. Eu acho que as propostas que a Renata fez sintetizam o eixo da nossa luta. Precisamos ter um eixo para a luta e temos que pressionar. Sou Vereador, tento fazer o que posso, mas é muito importante o que nós fizemos da outra vez, talvez tenhamos menos capacidade, não sei se o relator vai ter tempo, porque a coisa está a toque de caixa. Não sei se o Goulart vai ter tempo de ouvir todo mundo, mas da outra vez o relator do Zoneamento, acho que foi o Paulo Frange, a gente ficava horas e horas. Apesar das limitações, a gente conseguiu muita coisa...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Foi o Nabil Bonduki o relator...

O SR. ELISEU GABRIEL – Não! Não. Do Zoneamento, Paulo Frange, relator. Nabil foi do Plano Diretor.

Concluindo, eu acho que tem uma coisa que é terrível nessa cidade. A pessoa tenta ser cidadão e não consegue. Tenta fazer, por exemplo, o ecobairro, que a Cecilia falou aqui que é um negócio maravilhoso da Vila Ida, aliás a Vila Ida foi salva graças a grande mobilização que houve. Tenho o sonho do ecobairro, sonho da interação entre as pessoas e não deixam. Derrubam tudo. Você tem uma referência, derrubam. O que aconteceu? Não teve o plano de bairro. Que loucura é essa? Para fazer um Plano Diretor, precisa de um plano de bairro. Discutir cada lugar. Uma loucura. Isso é um total absurdo. Nenhum lugar do mundo faz isso. Só aqui que o mercado é soberano. Parece que o mercado tomou conta do poder público. Não vou dizer que é porque senão vão dizer, eu disse, que disse. Não estou dizendo que é. É uma coisa grave o que está acontecendo.

Essa luta não acaba aqui. Falei isso lá na praça outro dia. A luta não vai acabar depois que votar esse zoneamento. Temos que fazer um esforço. Insistir muito com o Goulart para tentar salvar, dentro daquela linha, que a Renata colocou, que é manter as ZPRs, não avançar em cima das ZCOR. Salvar o que sobrou das vilas. Isso tudo tem que ser feito. Nós temos que insistir e levar as propostas de cada bairro. Tem coisas absurdas que aconteceram, estão acontecendo aqui no Plano Diretor que coloca em risco as ZEPAMs. Olha que loucura. Art. 120, do PDE, que foi aprovado. Até esse absurdo. Você tem ideia de adensar para região do entorno preservada, no entanto está lá no Plano Diretor Art. 120. Dá uma lida aí. Então temos que ter essas questões muito atentas. Temos que ter organização e conversar com o Goulart. Fazer o possível para salvar o que dá para salvar. Vamos salvar tudo? Dificilmente, mas a luta não acabou. A luta continua. É uma batalha, mesmo que a gente não ganhe, vamos vencer essa guerra lá na frente.

Aliás, ano que vem tem muita coisa pela frente, inclusive, tem eleição. São essas questões que temos de entender. Essa luta que está sendo feita não é em vão. Não pensem que

vocês estão perdendo tempo, alguma coisa fica e essa resistência é fundamental, como já foi fundamental em outras ocasiões e será fundamental daqui para frente.

Um grande abraço. Vamos estar juntos. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Eliseu. Nada mais a ser tratado, dou por encerrada a audiência pública da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.

Estão encerrados nossos trabalhos. Muito obrigado pelas contribuições!
